

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

-----  
--- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---Um--APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

---Dois--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

---Três--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

---Quatro--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO COM O NOVO BANCO. -----

---Cinco--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO A CONTRAIR DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

---Seis--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO E FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA A. S. EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM. -----

---Sete--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À EMPREITADA DE “CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NO CONCELHO DE SANTARÉM”- REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----

---Oito--APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS NA CIMLT –

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO.-----

--- **Nove**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE.-----

--- **Dez**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS.-----

--- **Onze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A VIVER SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- **Doze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL / PROJETO GLOBAL DE ESTABILIZAÇÃO DAS ENCOSTAS DE SANTARÉM.-----

--- **Treze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CORREÇÕES MATERIAIS AO REGULAMENTO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL. ---

--- **Catorze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AOS GRUPOS DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.-----

--- **Quinze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, JUNTO AOS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS DA EX- ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA.-----

--- **Dezasseis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA – MOCAPOR - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁRMORES, LDA.-----

--- **Dezassete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE SERRAÇÃO DE MADEIRA – ANTÓNIO DO ROSÁRIO DUARTE & FILHOS, LDA.-----

--- **Dezoito**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL DE

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNE – AGRO-PECUÁRIA VALINHOS, SA.

--- **Dezanove**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE UMA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA – HORÁCIO M. P. NOGUEIRA PINHEIRO. -----

--- **Vinte**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA (CRIAÇÃO DE BOVINOS) – VACARIA TERRA DAS CHANTAS, LDA. -----

--- **Vinte e Um**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO (LEGALIZAÇÃO) DE UNIDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CAIXILHARIA EM ALUMÍNIO E PVC – ALU-M-INDÚSTRIA DE CAIXILHARIA E PVC, LDA. -----

--- **Vinte e Dois**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL – MÁRMORES FERRAR, LDA. -----

--- **Vinte e Três**–NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM NO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO. -----

--- **Vinte e Quatro**–NOMEAÇÃO DOS QUATRO CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE PARA A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTIGO DEZASSETE DA LEI NÚMERO CENTO E QUARENTA E DOIS/DOIS MIL E CINCO DE OITO DE SETEMBRO. -----

--- **Vinte e Cinco**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Ana Margarida do Coito Gervásio, Armando António Leal Rosa, Cássio José

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

Gonçalves Martins Leitão, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Daniela Margarida Duarte Reis Leandro Germano, Dina Maria Gomes Rocha, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Horácio Neto Frade da Silva, João Miguel Tavares Rodrigues, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Raquel Inês Marques Fernandes, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis, Teresa Isabel Duarte Fonseca Vargas Rodrigo e Vítor Manuel de Carvalho Franco.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria) Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União de Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Carlos António Marçal (União de Freguesias da Cidade de Santarém) e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira).-----

--- Justificaram a sua ausência: João Piedade Joanaz.-----

--- Pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento:-----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira e Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça.-----

--- **Executivo Municipal**-----

--- Presenças:-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Susana Cristina Coelho Pita Soares, Luís Manuel Sousa Farinha, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Jorge Luís de Matos Oliveira, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Otília Margarida Jacinta Torres.-----

--- Ausências: -----

--- Idália Maria Marques Salvador Serrão. -----

---Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que a senhora Fabíola Cruz Neto Cardoso, eleita pela lista do Bloco de Esquerda, pediu a renúncia do mandato, sendo substituída pelo senhor Vítor Manuel Carvalho Franco, que já tomou posse em anterior sessão.-----

---Seguidamente, deu conhecimento que a senhora Catarina Isabel Santos Silva Campos, eleita pela lista do PS, solicitou a renúncia do mandato, verificando a identidade e legitimidade da senhora Teresa Isabel Duarte Fonseca Vargas Rodrigo.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a colaboração das senhoras Fabíola Cardoso e Catarina Campos, enquanto eleitas desta Assembleia, desejando as boas vindas ao senhor Vítor Franco e à senhora Teresa Rodrigo. -----

---De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, tendo sido dada a palavra à senhora **Raquel Fernandes** que recordou que no passado dia catorze do corrente a rua Primeiro de dezembro, uma das principais artérias do Centro Histórico, foi palco de uma derrocada do telhado de um dos seus prédios, acontecimento este que veio, não só, causar transtornos pela condicionante da alteração do trânsito automóvel, mas também porque remete, uma vez mais, para a falta de segurança dos próprios moradores bem como para os transeuntes locais, que nesta época do ano, poderiam investir mais no comércio tradicional, mas que com esta situação, se retraem um pouco mais. -----

---Referiu a necessidade de requalificação de todo o Centro Histórico, sendo que, um dos eixos estruturantes deste plano de ação, que foi construído e tão falado em março deste ano, é a reabilitação do edificado, onde se engloba a criação de parcerias com entidades públicas e privadas, detentoras de imóveis no Centro Histórico, com vista à reabilitação e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

conservação dos edifícios. Neste sentido, solicitou informação do ponto de situação, bem como o feedback da criação do Gabinete do Centro Histórico, qual a sua utilidade e problemas aí levantados e se já houve a resolução de algum problema, por parte deste mesmo gabinete.-----

Soube ainda, que face ao problema ocorrido na passada semana, houve uma reunião da Associação dos Comerciantes da cidade, na qual não esteve presente nenhum representante da Câmara Municipal. -----

Dado tratar-se da última Assembleia Municipal deste ano, aproveitou o ensejo, para voltar a referir a falta de sinalização adequada no Centro Histórico, solicitando informação sobre a evolução deste assunto.-----

--- Depois o senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** recordou que há cerca de um ano que a bancada do PS questionou o Executivo relativamente ao estado da iluminação pública na cidade e no concelho e da existência ou não de um plano de atuação, que fosse, efetivamente, uma solução de eficiência energética. Neste sentido, questionou se foi dado algum passo concreto nesta situação ou se continuamos com a estratégia anteriormente adotada pela autarquia, de ligação alternada dos candeeiros públicos. -----

--- Seguidamente o senhor **Vítor Franco** congratulou-se com o desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade de Género. Recordou que, em tempos, o Bloco de Esquerda sugeriu o debate e a sensibilização, disponibilizando-se para contribuir naquilo que for necessário para o avanço e progressão deste Plano Municipal.-----

--- Lembrou ter sido aprovado, há cerca de um ano, uma moção do Bloco de Esquerda propondo a criação do “Facilitador Cigano”, solicitando informação acerca do que o Executivo fez, após esta aprovação, em oito de janeiro de dois mil e quinze, no sentido de se conseguir essa mediação. -----

--- Referiu-se ao Requerimento feito pelo Bloco de Esquerda sobre a poluição no Rio Maior, Vala da Asseca, onde eram colocadas questões sobre fontes de poluição, monitorização, relatórios sobre a situação e medidas de articulação com municípios vizinhos e entidades várias, para a despoluição deste rio, recordou que, mais tarde, nesta Assembleia, a senhora Vereadora com o Pelouro deu algumas informações de contactos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

que estavam a ser feitos, pelo que voltou a solicitar mais informação em concreto sobre o assunto. -----

---Solicitou esclarecimento se a Câmara Municipal deu algum parecer acerca das medidas solicitadas pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, sobre o Rio Tejo, bem como a opinião desta Câmara Municipal sobre esta matéria.-----

---A seguir a senhora **Dina Rocha** teceu algumas considerações relacionadas com a Casa Mortuária e a anterior informação do Executivo em que ia ser encontrada uma solução para a mesma, bem como a questão das passadeiras que se encontram em locais que não estão minimamente iluminados, cuja pintura e sinalização em termos de bandas, continuam a não estar sinalizadas, o que no período de inverno, afeta a visibilidade, quer dos condutores quer dos peões.-----

---Solicitou informação acerca da recolha do lixo nesta época festiva de Natal e Ano Novo.

---

---Referiu-se à situação caótica em que se encontra o estacionamento na Avenida Bernardo Santareno, junto ao supermercado Lidl, em que os condutores não utilizam o estacionamento do próprio supermercado, mas sim os dois lados da via, o que condiciona o trânsito naquela zona, colocando em perigo os peões que pretendem atravessar naquele local, questionando se já foi tomada alguma medida para minimizar esta situação. -----

---Alertou para as barreiras existentes na estrada de acesso do Retail Parque até à rotunda da Avenida Madre Andaluz, que apesar da existência do muro, na época das chuvas, se verificam derrocadas, situação que a preocupa, tendo em conta que é uma estrada como muito movimento. -----

De seguida o senhor **ARMANDO ROSA** referiu-se à cedência do Convento de São Francisco para determinado eventos, fazendo um reparo e simultaneamente um alerta, pela realização de um espetáculo que ali teve lugar, de apoio a uma Associação de Proteção aos Animais, que considerou deprimente e de má qualidade artística. Em seu entender, situações destas deverão ser evitadas, tendo em conta tratar-se de um local que é a sala de visitas da cidade, podendo a Câmara Municipal disponibilizar outras salas que tem, como seja, o Teatro Sá da Bandeira e a Casa do Campino, para estes fins. Considera que o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

Convento de São Francisco tem uma dignidade e é um monumento que não se compadece com determinado tipo de eventos, devendo haver alguma cautela com este tipo de cedências.-----

--- Aproveitou o ensejo para referir a situação, também ela caótica, do estacionamento que durante o dia na Rua dos Correios, com estacionamento de veículos nos passeios, o que dificulta a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, entendendo que a Câmara Municipal, conjuntamente com a Polícia de Segurança Pública, deverão tomar medidas conducentes à minimização destes incómodos.-----

--- Depois o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, disse ter sido com alguma estranheza que o executivo da União de Freguesias da cidade de Santarém teve conhecimento de que a oposição reprovou uma proposta do executivo camarário, para a implantação do Crematório em Santarém, pelo que gostaria de saber se a oposição tem consciência da perda que é para Santarém não ter um crematório e aproveitar uma parceria que seria uma mais-valia para a região.-----

--- Considerou que a oposição tem todo o direito de discordar com a localização ou com as taxas, mas como oposição, tem obrigação de apresentar uma solução alternativa, uma contraproposta. Entende que não pode é reprovar, por não quererem que seja este Executivo, a dar este equipamento a Santarém, que irá marcar a capitalidade da nossa cidade e garantir um serviço que ainda não há no distrito, que para além de ser uma evolução social e civilizacional é também uma mais-valia económica para Santarém. A oposição ao chumbar a implantação deste equipamento na cidade, mostrou ter uma consciência retrograda, deixando-nos fora de tudo, podendo levar a que alguns serviços saiam de Santarém.-----

--- A seguir o senhor **Luis Batista** informou que no mês de novembro comemoraram-se os oitenta e três anos da Sociedade da Romeira com várias atividades culturais, tendo culminado com um almoço-convívio entre sócios e amigos, onde também esteve a senhora Vereadora Susana Pita Soares, o que a todos muito agradou. Lamentou que o apoio prometido pela Câmara Municipal não tivesse chegado antes do mês destas comemorações. Salientou que a Direção da coletividade continua a recorrer a empréstimos, para resolver as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

diversas situações que tem ocorrido. Por este facto, apelou ao Executivo que no próximo orçamento, preveja uma verba para apoiar a Sociedade da Romeira para pagamento das obras que ali foram efetuadas com o apoio em sessenta por cento do PRODER.-----

---Solicitou informação acerca da exploração dos estabelecimentos comerciais existentes no Jardim da Liberdade, que neste momento se encontram devolutos.-----

---De seguida o senhor **Cássio Leitão** questionou se o executivo municipal tem alguma visão ou estratégia para o que pretende instalar no espaço do Campo da Feira, nos edifícios da ex-Escola Prática de Cavalaria e no Jardim da Liberdade.-----

---Mostrou o seu desagrado com o estacionamento na cidade. -----

---A seguir o senhor **José Luis Cabrita** referiu-se à questão do Crematório, dizendo não competir à oposição apresentar projetos ou propostas alternativas, sobre matérias tão complexas. A quem compete apresentar os projetos, devidamente fundamentados, é ao Executivo Municipal. Aludiu que o projeto apresentado pelo Executivo não se encontrava devidamente fundamentado, com pareceres que consideravam a sua implantação em zona de risco. Por este motivo, parece-lhe que andar a construir, com estudos que não estejam devidamente elaborados e acusar depois a oposição que a cidade não evolui, parece-lhe não ser uma boa política. -----

---Depois retomou a palavra o senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** que considerou que o PSD está a transformar a questão do Crematório numa bandeira política. Disse que os eleitos de qualquer dos partidos políticos estão preocupados, por se tratar de uma matéria transversal. Sublinhou que o PS tomou a posição devida, uma vez que achava que a solução apresentada não reunia as condições necessárias, não sendo uma solução de futuro.

---Levantou dúvidas relativamente à localização proposta para o Crematório e face da instabilidade da zona, que é bem conhecida de todos, destacando que o PS é a favor de um equipamento desta natureza que é indispensável a Santarém, não estando apenas de acordo com a solução apresentada na Câmara Municipal de Santarém.-----

---De imediato o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, pediu a palavra para responder que, neste caso, a bandeira não é do PSD mas sim de Santarém. Considerou que quando se trata de um melhoramento para a cidade, há que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

apresentar propostas que consubstanciem ideias e não deitar abaixo. Considerou que enquanto todas as forças políticas não conseguirem transportar a mesma bandeira, provavelmente passaremos a ser capital do distrito de Santarém apenas no nome.-----

---De seguida o senhor **José Luis Cabrita** reforçou que a oposição é favorável ao Crematório. No entanto, os pareceres apresentados, não eram, de forma a admitir, que o Crematório iria ser instalado numa zona sem problema de oscilação das barreiras. Realçou que a oposição não dispõe de meios técnicos nem poder para requisitar serviços às diferentes entidades, sendo isso da responsabilidade do Executivo Municipal, bem como a escolha do melhor local para instalar os equipamentos.

--- Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** disse relativamente ao Crematório, que todos devem conversar sobre o assunto. Existem dúvidas e condicionantes que devem ser ponderadas. Recordou que em dois mil e cinco, um dos objetivos do então Executivo PSD era a construção de um novo cemitério, fora do local atual, sendo uma das razões fundamentais a localização das barreiras.-----

--- Considerou que há que perceber em concreto o que se pretende. Em seu entender, é fundamental uma nova casa mortuária para Santarém, razão pela qual deverá ser pensado um projeto onde essas três valências sejam possíveis.-----

--- O PS não se escusou a dar sugestões ou a encontrar uma solução, não tendo, obrigatoriamente, que aprovar uma solução, quando dela não tem certeza quanto à sua fiabilidade, do ponto de vista prático e de localização.-----

--- Solicitou informação sobre o ponto de situação do processo de recuperação dos edifícios da antiga Escola Prática de Cavalaria, assim como relativamente aos edifícios da ESTAMO e do Presídio.-----

--- Prosseguiu referindo-se à Estação Ferroviária e à Ribeira de Santarém, dizendo que há muito se vem falando sobre este assunto, existindo uma moção do Bloco de Esquerda, a qual aproveita para saudar, por ser importante que se discuta uma solução, do ponto de vista não de procurar culpados, mas sim tentar solucionar ou minimizar o problema.-----

--- Aludiu que o encerramento da Estrada Nacional cento e catorze cria problemas e condicionantes que não se podem medir em concreto quais são. No entanto, considerando

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

a situação atual, que afeta as pessoas e os automobilistas diariamente e a previsão de a Estrada Nacional estar fechada, prevendo-se que por um tempo razoável, perguntou se não seria de equacionar uma situação, ainda que temporária, para minimizar a situação. -----

---Depois o senhor **Ramiro Matos** teceu algumas considerações acerca do Crematório, aproveitando a oportunidade para dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara Municipal e ao senhor Vereador Luís Farinha, pela elevada qualidade técnica e de todos os fundamentos da proposta que apresentaram em reunião do Executivo, sugerindo que a mesma fosse disponibilizada aos munícipes, na página de Internet da Câmara Municipal, para que todos possam ver o que está em causa. Disse que muitas vezes, é confundida a posição política com a posição técnica, não nos competindo alvitrar mas sim pedir pareceres em falta.-----

---Disse ter analisado a proposta destacando um conjunto de pareceres/consultas a entidades externas, estudos geotécnicos incluídos no Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém, uma campanha de sondagens arqueológicas, entre outros. -----

---Referiu não querer conceber que com todas estas entidades a pronunciarem-se sobre o assunto, bem como os técnicos da Câmara, que alguém pudesse projetar este alargamento do cemitério e a construção do crematório, pondo em risco a vida das pessoas, sendo também difícil de conceber que se utilize isso como argumento político para se reprovar este projeto. -----

---Ressaltou ainda, que se confunde esta questão, quando no fundo é o primeiro crematório a instalar no distrito de Santarém, com a capitalidade de Santarém e com as capelas mortuárias, o que não tem muito a ver umas com as outras. Não sabe se o Executivo Municipal abandonou, em definitivo, a aquisição de um terreno para fazer um novo cemitério. Disse que estamos a falar de uma capital de distrito, com cerca de sessenta mil habitantes no concelho e que, naturalmente, com o índice de envelhecimento que é bastante alto, este projeto, em seu entender, deve continuar “em carteira”, nem que seja a médio prazo.-----

---Considerou que não se deve confundir este projeto, que era muito bom para Santarém, com outros maiores, que talvez noutros tempos, em que as restrições impostas às autarquias

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

não sejam tão fortes, possam ser concretizados. -----

--- Finalizou, sugerindo que fosse solicitado à oposição no executivo municipal, para no prazo de dez dias, indicar quais os pareceres que estão em falta, para que os mesmos possam ser solicitados e o assunto ser reagendado em próxima reunião do Executivo.

--- Retomou a palavra novamente o senhor **José Luis Cabrita** que recordou que o executivo do PSD gastou milhares de euros no projeto para a construção de um novo cemitério e do crematório. Quanto aos pareceres, disse que os mesmos estão na documentação que foi remetida. Contudo, um deles é bem explícito ao referir que a zona proposta para a implantação do crematório é uma zona de risco. -----

--- Por último o senhor **Presidente da Câmara** começou por responder relativamente à Rua Primeiro de Dezembro, que tratou-se da queda da fachada de um edifício, encontrando-se a rua já transitável. -----

--- Sobre as parcerias que o Município de Santarém fez, nomeadamente com a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém e a Santa Casa da Misericórdia de Santarém, para futuros projetos ao nível da regeneração urbana, realçou o facto de grande parte dos edifícios serem privados e os proprietários dos mesmos apenas se poderem candidatar, não a verbas a fundo perdido, mas a empréstimos com juros muito baixos. Considerou que devia haver, no atual Governo, um Ministério para a Regeneração Urbana, uma vez que estes problemas acontecem por todo o país e da parte da Direção Geral do Património Cultural do ponto de vista legislativo, a agilização destas matérias. -----

--- No tocante à questão da sinalização, disse que a mesma era para ter sido começada a colocar no início de dezembro, mas que tal não aconteceu, por que a empresa não tinha conseguido atempadamente ter todo o material necessário, razão pela qual só no próximo mês de janeiro irá ser iniciada a sua colocação. -----

--- No que se refere à iluminação pública referiu que a mesma está a funcionar uma redução diária de uma hora de modo a compensar o aumento da taxa do IVA para vinte e três por cento. No que concerne à eficiência energética é algo que todos os municípios estão obrigados. -----

--- Em relação ao Plano para a Igualdade de Género disse que foi um projeto da Divisão de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
**Sessão de 21 de dezembro de 2015**

Ação Social e Saúde e da Vereadora Susana Pita Soares, que em boa hora foi feito.

---Sobre o Facilitador Cigano informou já terem sido feitos vários contactos, existindo a probabilidade de uma senhora poder desempenhar esse papel, havendo também uma troca de experiencias com outros municípios que já têm este projeto, como é o caso da Câmara Municipal do Seixal. -----

---Relativamente ao requerimento sobre a Vala da Asseca, referiu que a senhora Vereadora Inês Barroso tem vários levantamentos, que tem sido feitos com outros municípios sobre esta matéria, que poderá facultar aos senhores deputados. -----

---Sobre as questões da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, disse ter tido hoje uma reunião com esta entidade, para tratar de questões relacionadas com Pernes e o acompanhamento da obra do Mouchão, onde foi decidido que irá ocorrer nova reunião no início do ano, para ver se conseguem ser feitas mais algumas obras complementares à que está a decorrer, para conclusão deste processo. -----

---No que concerne à questão colocada sobre a casa mortuária, disse que a mesma entronca um pouco com a do Crematório. Os pareceres das diversas entidades existem e a referência à zona de risco não poderá ser utilizada, porque basta ver os pareceres do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém. Salientou, que não é credível que os técnicos do Município, que fizeram parte do acompanhamento do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém pudessem vir a propor esta solução e informar nesse sentido, se não fossem conhecedores desta zona. Disse que o projeto se tratava de uma concessão/construção não sendo uma empreitada. O Município não iria gastar nada com este processo, uma vez que seria a empresa que iria explorar e pagar ao Município, através de cremações. É importante manter a questão da construção de um novo cemitério. No entanto, com a evolução das cremações em Portugal e são cada vez mais as pessoas a escolhe-lo, a médio prazo, poderá perceber a não necessidade de construção de um novo cemitério, aumentando os anos de vida do atual. -----

---Disse ter registado a sugestão do senhor Deputado Ramiro Matos relativa aos pareceres técnicos.-----

---Em relação à recolha do lixo em dias festivos disse que há anos que é solicitado à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

população que faça o esforço de manter o lixo nas suas casas, fazendo-se um reforço na recolha nos dias seguintes. -----

--- Quanto ao estacionamento na Avenida Bernardo Santareno, comunicou que os automobilistas tem estacionamento noutros locais, podendo esta situação ser reportada à Polícia de Segurança Pública. Aproveitou para recordar que está prevista para aquele local, uma nova superfície comercial, que trará mais lugares de estacionamento. -----

--- - Relativamente às barreiras na estrada de acesso ao Retail Parque, frisou que foi uma estrada feita á pressa, o que fez com que algumas situações fossem descuradas, nomeadamente a consolidação de taludes. Acrescentou que em dois mil e seis/dois mil e sete, foram colocados vários *gabions* havendo, provavelmente, a necessidade de se colocar mais alguns. -----

--- Sobre a cedência do Convento de São Francisco, esclareceu que irão ser melhor analisados os pedidos para a realização de futuros eventos naquele local. Informou que está a ser ultimado o Regulamento deste Convento, que permitirá também a sua utilização por particulares, como seja, na realização de casamentos ou outras festas, pagando por essa utilização e com um seguro associado, o que permitirá, com essa receita, fazer a manutenção do Convento. -----

--- Quanto ao Crematório sublinhou que o Executivo sempre se mostrou aberto ao diálogo, havendo quem pretendesse dialogar, como foi o caso da CDU. Transmitiu que irá perguntar à oposição quais os pareceres pretende ainda acrescentar ao processo, salientado que este Executivo não irá desistir da ideia do Crematório. -----

--- No que concerne ao apoio prometido à Sociedade da Romeira, disse que está a tentar incluir no Orçamento da Câmara Municipal alguma verba para dar apoio a esta coletividade e a outras que a autarquia pretende ajudar. Disse que efetivamente se devem aproveitar todos os Fundos Comunitários. Contudo, deve haver a capacidade de perceber que os mesmos devem ser ponderados, face à parte não participada que terá de ser assumida. -----

--- Relativamente à questão dos estabelecimentos comerciais do Jardim da Liberdade, informou que os processos já foram a reunião do Executivo Municipal, esperando que no

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

início de dois mil e dezasseis possam vir fundamentados para a realização da hasta pública.

---Quanto à estratégia para o Campo da Feira, Escola Prática de Cavalaria e Jardim da Liberdade referiu haver conversações com a anterior Ministra da Justiça, para construção de um novo Palácio da Justiça em Santarém, na ex-Escola Prática de Cavalaria, bem como com a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém para a instalação de um novo centro empresarial também neste local e ainda uma série de Museus. -----

---No que concerne aos edifícios da antiga Escola Prática de Cavalaria e sua recuperação, recordou que na agenda da sessão de hoje desta Assembleia Municipal vem uma alteração da propriedade horizontal dos mesmos, com a desafetação do domínio privado para o domínio público, estando também em aberto a permuta e a venda dos imóveis. -----

---Sobre a estrada da Estação disse que este Executivo também não pretende procurar culpados nesta matéria e que o deslizamento ocorrido na Estrada Nacional cento e catorze, nunca permitiu aferir se a estrada da estação funcionava ou não. Esclareceu que poderá ser visto, com os técnicos do trânsito da Câmara, o que lá poderá ser feito, nalgum período do dia. Contudo, as alterações não poderão ser muitas, apenas em horas restritas. -----

---Recordou, que no anterior mandato, foi construído um local para estacionamento na Ribeira de Santarém, para que pudesse ser mais fácil o acesso á estrada da Estação e que esta obra permitiu também acabar com o estacionamento abusivo que existia nalgumas zonas.-----

---Esgotado o Período de Antes da Ordem o Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.**-----

---Usou da palavra o senhor **José Luis Cabrita** que perguntou quais os resultados da reunião havida com o Conselho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém tendo presente e sendo público os problemas com que este Hospital se tem debatido. -----

---Questionou quais os resultados da reunião com o Ministério da Economia, sobre o encerramento da Unicer.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Referiu-se à reunião com a Resitejo solicitando informação do ponto de situação da proposta de alteração dos estatutos desta Associação. -----

--- Disse que gostaria de ser informado relativamente ao evoluir do processo do Rio Alviela, tendo conhecimento de que a Câmara, numa das reuniões do Executivo, informou que pretendia reunir com a Presidente da Câmara Municipal de Alcanena para fazer o ponto de situação e posteriormente promover-se uma reunião alargada, para debate deste assunto.

---

--- Teceu alguns considerandos referentes à situação financeira, nomeadamente ao valor da dívida de médio e curto prazo, que, segundo lhe parece, não está correto, havendo uma diferença no montante de dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, pelo que solicitou o esclarecimento destas discrepâncias. -----

--- A seguir a senhora **Dina Rocha** solicitou informação tendo em conta o projeto anteriormente apresentado para o Mercado Municipal e visto que os senhores Vereadores Susana Pita Soares e Luís Farinha fizeram visitas a outros mercados, nomeadamente Tavira, Algés e Ribeira, se estas visitas estão relacionadas com este projeto para o Mercado, como forma de alavanca para a dinamização do Centro Histórico e a preservação e divulgação do espaço como património cultural. -----

--- Depois o senhor **Armando Rosa** disse estranhar não fazerem parte das atividades da Câmara Municipal, dois pontos que já tinham sido abordados em situações anteriores. Um deles diz respeito à sinalética na cidade e a informação aos visitantes, que praticamente não existe ou existe sem qualidade e quantidade, dificultando a localização de alguns locais a visitar. -----

--- A outra situação, refere-se à instalação dos novos Tribunais em Santarém, que há mais de um ano estão na ex-Escola Prática de Cavalaria que também não estão devidamente assinalados, apesar dos contactos já feitos pelo Conselho de Gestão do Tribunal, no sentido de ser colocada sinalética que permita a quem ali se dirige, a sua fácil localização. -----

--- Recordou que há mais de um ano, foi deliberado pela Câmara Municipal, a alteração da localização do parque de estacionamento dos táxis, situação que até agora não ocorreu, pelo que solicitou justificação do motivo desta demora. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** questionou qual o ponto de situação da revisão do PDM - Plano Diretor Municipal. -----

---De seguida o senhor **Vítor Franco** considerou em relação ao processo do rio Maior que a informação prestada pelo senhor Presidente em resposta a questões que lhe foram colocadas é evasiva. Disse que há ano e meio se andam a fazer reuniões, questionando qual o resultado das mesmas, uma vez que o assunto necessita de ser tratado e esclarecido.

---Salientou que o Bloco de Esquerda lhe parece, que apesar de haver algum esforço da parte da Empresa das Águas de Santarém, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento básico, entre outras atividades, as faturas são demasiado elevadas, se compararmos o consumo da água com o total de fatura. Tal facto, é mais preocupante, tendo em conta que a informação que vem desta empresa prevê um aumento de três por cento relativamente a outros serviços e um valor de um vírgula dois por cento indexado à inflação prevista para o aumento da água.-----

---Reportou-se a uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou sobre o antigo espaço do Hipermercado Jumbo ser adaptado à prática desportiva. Apesar de a proposta não ter sido muito bem acolhida, informou que o Boletim Municipal do mês de dezembro, dá nota de que uma entidade desportiva inaugurou um projeto, apoiado pelo Município de Santarém, através do Programa Via Expresso Investidor, considerando que as propostas do Bloco de Esquerda têm vindo a abrir caminho e apesar de às vezes haver reações imponderadas.-----

---Realçou que conhece bem o local onde estava previsto ser instalado o Crematório e que o mesmo foi sucessivamente aterrado ano após ano. Sublinhou que o local é altamente instável não sendo aconselhável ali construir nada, desconhecendo os pareceres sobre este processo.-----

---O senhor **Presidente da Câmara** informou que a primeira reunião do Conselho Consultivo do Hospital Distrital de Santarém foi para todos se ficarem a conhecer e saber da parte do Conselho de Administração, algumas das preocupações que o mesmo tem, relativamente ao Hospital Distrital de Santarém. Disse ter sido feita a programação de algumas reuniões e diligências que este Conselho Consultivo iria tomar. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Aproveitou para dar conhecimento, que imediatamente após a tomada de posse deste novo Governo, solicitaram diversas reuniões a vários Ministros, para tratar de assuntos pendentes no nosso concelho, estando agendada para o dia vinte e nove do corrente, uma reunião com o senhor Ministro da Saúde para debate de assuntos, não só relacionados com o Hospital Distrital de Santarém, mas também sobre questões dos cuidados primários.---

--- Relativamente à questão do Ministério da Economia sobre a Unicer, disse que, também neste caso, pediu nova reunião ao atual Ministro da Economia. Na reunião tida anteriormente com o senhor Ministro Pires de Lima foi-lhe dito, que tinha sido suspenso qualquer pagamento de Fundos Comunitários à Unicer. Deu nota, que tem sido feito o levantamento no Município de Santarém, de todos os apoios que foram concedidos à Unicer, para de alguma maneira fazer retroceder esses apoios, alguns deles do ponto de vista urbanístico. -----

--- Quanto à alteração dos estatutos da Resitejo, referiu que a Câmara Municipal tem o trabalho feito, já tendo sido dado conhecimento da proposta de estatutos desta empresa, aos senhores vereadores, estando a aguardar-se feedback da parte dos outros municípios associados. -----

--- Sobre a questão do Alviela disse ter tido hoje uma reunião com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente sobre este processo. Na reunião tida com a Câmara Municipal de Alcanena ficou decidido voltar a falar-se, depois de concluídas as obras no final deste mês, para então se fazer o ponto de situação sobre esta matéria. -----

--- Relativamente à situação financeira e às questões colocadas pelo senhor Deputado José Luís Cabrita, prestou os esclarecimentos necessários. -----

--- Em relação ao Mercado Municipal disse existir um projeto que já sofreu algumas alterações. -----

--- Referindo à questão da sinalética sublinhou o que disse anteriormente, que a empresa não pode iniciar estes trabalhos em dezembro, conforme previsto, em virtude de não lhe ter chegado todo o material necessário, ficando o trabalho de ser feito no início do ano.

--- Quanto à praça de táxis adiantou que a empreitada irá ter início em dois mil e dezasseis.

--- Sobre o rio Maior esclareceu que o Município de Santarém tem um projeto em parceria

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

com quatro municípios, que é inovador, havendo, por conseguinte, necessidade de efetuar várias reuniões. Disse já ter sido feita a identificação dos proprietários, dos efetivos, a sensibilização aos agricultores e que as reuniões havidas com uma série de outros parceiros, tem sido um trabalho profícuo. -----

---No que diz respeito ao tarifário da Empresa das Águas de Santarém, aludiu à necessidade de cumprir premissas da ERSAR. Concretamente na parte dos Resíduos Urbanos comunicou que as taxas vão aumentar substancialmente até dois mil e vinte, estando todos obrigados a fazer reciclagem, em grande percentagem, o que tem sido tentado, através de grandes campanhas de sensibilização a nível nacional. -----

---Declarou que o Município de Santarém tem apoiado diversos empresários, através do Programa Via Expresso Investidor nos mais variados projetos. -----

---Em relação ao Crematório e à sua localização reforçou o facto de os estudos geológicos estarem feitos, bem como as sondagens e respetivos pareceres. Salientou, que o Crematório não é uma construção de grande dimensão, tendo apenas trezentos metros quadrados.----

---De seguida o senhor **Vereador Luis Farinha** respondeu às questões colocadas sobre o PDM - Plano Diretor Municipal referindo ter reunido, mensalmente, com a CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de poder, de alguma forma, ajustar algumas questões que decorrem da legislação, alguma dela muito recente. Relembrou que o Decreto-Regulamentar é de agosto de dois mil e quinze e que isso obriga a definição de alguns critérios, que a própria CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo tem alguma dificuldade, o que fez com que esta entidade assumisse o PDM - Plano Diretor Municipal de Santarém, como uma situação piloto. -----

---Disse ainda, que de acordo com a nova legislação, o PDM - Plano Diretor Municipal pretende ser um instrumento único de Gestão Urbanística do concelho e para isso terá de concentrar toda a informação de planos de nível inferior. Acrescentou que o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tem mostrado alguma resistência na transmissão dessas normas. -----

---Referiu que neste momento, está a ser desenhada a carta de Ordenamento, que será a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

base do modelo de Ordenamento, esperando que no início do próximo ano possa estar pronta a pré-proposta. -----

--- Esgotadas as intervenções foi dada por concluída a apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara e da situação financeira do Município de Santarém, que não carece de votação. -----

**--- PONTO DOIS – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e seis/dois mil e cinco: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada em vinte e seis de outubro último, cabe-me propor à Exma. nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, Assembleia a aprovação do **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e dezasseis**, que se anexa, acompanhado da respetiva apreciação técnica da Direção Geral das Autarquia Locais, em cumprimento da alínea b), do número um, do artigo dez, da Lei número quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto”.

--- Tomou a palavra o senhor **Jose Luis Cabrita** que começou por dizer estar-se perante documentos estruturantes da política Municipal, pelo que não poderá deixar de reafirmar que de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis, nada aconteceu. O documento que o PSD - Partido Social Democrata no Executivo Municipal apresenta, não tem nele definido estratégia, rumo ou prioridades, isto apesar de já estar a meio do mandato. -----

--- Referiu que o PSD no Executivo Municipal se mostra também incapaz de cumprir as metas que estabeleceu e os compromissos que assumiu, conforme retratado no parecer da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).-----

--- Teceu algumas considerações relativamente à mensagem do senhor Presidente de Câmara, na apresentação dos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e dezasseis, referindo que ao olhar para as Grandes Opções do Plano, o que encontra, para além do que incide fundamentalmente no pagamento da dívida, para o Plano Global de Estabilização

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
**Sessão de 21 de dezembro de 2015**

das Encostas de Santarém, para além do Protocolo assinado, o que se prevê para dois mil e dezasseis, é um milhão oitocentos e quarenta e seis mil novecentos e noventa e nove euros para a execução da obra e quatrocentos e noventa mil seiscentos e oitenta e dois euros para a aquisição e expropriação de edifícios, sendo que, no que respeita à Encosta de Santa Margarida apenas para dois mil e dezoito está previsto um valor de seiscentos e doze mil quinhentos e setenta e quatro euros, para execução da obra. Por tudo isto, questionou se só para dois mil e dezanove/dois mil e vinte, teremos a Estrada Nacional cento e catorze aberta ao trânsito. -----

---No que concerne à requalificação do Mercado Municipal, no Orçamento total da Câmara Municipal há uma verba de trezentos mil euros, para dois mil e dezasseis, dos quais apenas cento e vinte e cinco mil estão definidos. Salientou que este foi um projeto que já esteve para avançar, inclusive já tendo previsto o local para onde iriam os comerciantes instalados no Mercado Municipal, enquanto decorrerem as obras. -----

---No que se refere ao plano do Centro Histórico, nem sequer o Projeto “Centro Histórico sem beatas” se encontra com verba definida. Em sua opinião, a requalificação e vivificação do Centro Histórico, são uma miragem. -----

---Considerou que pagar a dívida e cumprir os compromissos assumidos com os credores, principalmente com as empresas e fornecedores, é fundamental, não devendo embarcar em ilusões e Orçamentos irrealistas e superinflacionados. Em sua opinião, o Orçamento não deve ser apenas para pagar a dívida, assistindo a maioria PSD no Executivo Municipal, ao degradar do concelho e da cidade de Santarém. Disse ainda que os munícipes não se podem apenas contentar com o realizar de algumas obras e que os problemas das pessoas não são resolvidos, nem a limpeza do concelho, a conservação viária. A relação entre os concessionários dos espaços públicos e municipais é descuidada, perdendo o Município receita, por incúria e má gestão. Salientou que a zona industrial se esvazia, transformando-se cada vez mais, numa zona de armazéns e de stands de automóveis e que as zonas de desenvolvimento económico de Pernes e Alcanede são projetos eternamente adiados. O futuro do Campo Emílio Infante da Câmara e da antiga Escola Prática de Cavalaria, espaços nobres da cidade, continuam sem ser discutidos com a oposição e com a população.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

Observou que o PSD espera pelo final do mandato, enquanto Santarém definha e perde tempo precioso para preparar o futuro.-----

--- Depois o senhor **Renato Bento** referiu que pelo terceiro ano e em três orçamentos deste Executivo Municipal pode afirmar que este não é o orçamento do PS. Disse ter analisado, com atenção o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis, tendo concluído que o que neles consta suscita duas grandes preocupações. A primeira prende-se com o irrealismo da previsão e do planeamento orçamental da receita e a segunda, reside no facto, deste Orçamento Municipal refletir total ausência de uma ideia de desenvolvimento para o concelho de Santarém. -----

--- Salientou que analisando o Orçamento Municipal que do mesmo decorre uma receita e uma despesa total que ascende a quarenta e cinco vírgula nove milhões de euros, o que traduz, desde logo, um desvio de doze vírgula seis milhões de euros, face à receita para o ano dois mil e dezasseis, que havia sido provisionada no Plano de Ajustamento Financeiro da autarquia. Por este facto, questionou o que justifica um desvio tão significativo e se não era suposto o Planeamento Orçamental do Município observar os termos do Plano de Ajustamento Financeiro. -----

--- Referiu ainda que, olhando para o saldo primário deste Orçamento Municipal, constatou que existe um desvio de um vírgula seis milhões de euros, face aos montantes estimados no Plano de Ajustamento Financeiro, e que em seu entender, este saldo primário estimado é insuficiente para cobrir a dívida desta autarquia. -----

--- Considerou que a receita orçamentada para dois mil e dezasseis, está, conforme sucedeu em anos anteriores, inflacionada e sobreavaliada, sobretudo pela componente de “Rendimentos de Propriedade”. Recordou já ter chamado a atenção para essa circunstância nos dois últimos exercícios orçamentais, situação que a própria Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) também refere no seu parecer. Neste sentido, considera que o senhor Presidente da Câmara Municipal deve esclarecer, definitivamente a Assembleia Municipal que receita estimada é esta que inclui cerca de dois milhões de euros em concessão de espaços de estacionamento, entre outras.-----

--- Prosseguiu, da leitura que fez deste documento, salientou que é um erro insistir no

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
**Sessão de 21 de dezembro de 2015**

mesmo erro, ano após ano. Verificou também, que nas receitas de capital previstas á um empolamento decorrente das participações comunitárias, uma vez que a autarquia não tem um único projeto de financiamento comunitário aprovado. Disse saber que o atual Governo tudo fará, porque é esse o seu propósito e compromisso, para acelerar a implementação e execução dos programas comunitários, no âmbito do designado Portugal “*VinteVinte*”. No entanto, considerou que esta é uma estimativa aumentada, ampliada e irrealista face, sobretudo, ao facto de a Câmara Municipal de Santarém não ter ainda qualquer projeto aprovado, incluindo o projeto mais prioritário que tem, como é o da estabilização das encostas de Santarém. -----

---Disse que o risco de se obter uma taxa de execução orçamental abaixo do previsto no documento orçamental é, embora mais moderado do que nos orçamentos dos anos anteriores, elevado, refletindo a manutenção dos desequilíbrios orçamentais. -----

---A segunda grande preocupação que os documentos previsionais e de gestão lhe suscitam, reside no entendimento que tem, de total ausência de ideia, conceção e estratégia de desenvolvimento para o concelho de Santarém. As Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis, demonstram de forma evidente, as dificuldades desta gestão camarária e a falta de visão de uma política que vá ao encontro dos munícipes, das suas expetativas e das suas necessidades. -----

---Realçou que seria injusto, da parte do PS, presumir que este Executivo iria estruturar Opções do Plano que fossem para além da mera continuidade, ou que traduzissem projetos inovadores, uma vez que não foi assim nos últimos exercícios orçamentais, nada tendo mudado também para dois mil e dezasseis. -----

---Aludiu que o PS nada tem a observar contra o valor global previsto de vinte e seis vírgula um milhões de euros para as Grandes Opções do Plano e que até entendem ter expressão orçamental significativa. Estranhou, contudo, o facto de este documento não apresentar projetos estruturantes e inovadores. Disse preocupar o PS - Partido Socialista as questões sociais face ao valor agora inscrito, ser baixo, comparativamente ao ano de dois mil e quinze. -----

---Salientou, que o PS - Partido Socialista não se revê nesta política e que o Poder Local

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

tem responsabilidades acrescidas em matéria de política social. -----

--- Outra situação que também preocupa o PS é a inexistência de relevante investimento de qualidade, na promoção da atividade económica e de turismo do concelho, quando se verifica que o valor orçamentado nesta área se situa nos cinco mil euros. -----

--- Realçou que o que concluí destas Grandes Opções do Plano é que setenta por cento dos projetos apresentados, são projetos já executados e concluídos por este Município, representando oitenta e três por cento do financiamento total estabelecido para dois mil e dezasseis. -----

--- Destacou ainda que deste Orçamento fica um encargo para o triénio dois mil e dezassete/dois mil e dezanove, de noventa e quatro vírgula cinco milhões de euros, e que a receita orçamental foi mais uma vez empolada, com os riscos orçamentais que daí decorrem. Há um vazio de conteúdo político e programático deste Executivo mesmo em projetos que não tem que ter, necessariamente, expressão orçamental e financeira e que as opções de gestão da dívida autárquica, que o PS - Partido Socialista assume também como prioritária, se sobrepõem sempre a qualquer política de desenvolvimento e de investimento com retorno nos planos económico e social. -----

--- Concluiu que a ação política se concretiza na qualidade, inovação e criatividade das escolhas que se fazem. Mas também se concretiza e traduz na assunção de compromissos políticos com os munícipes e na responsabilização de cada um, nas soluções para as quais foi eleito. Por tudo isto, o PS não votará este Orçamento e Grandes Opções do Plano ao lado do PSD. Contudo, por Santarém e pelos seus munícipes viabilizará, através da abstenção, este Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis. -----

--- Seguidamente, o senhor **ARMANDO ROSA** referiu que o Mais Santarém, independentemente das contradições, não é só um conjunto de números contabilísticos e que este Orçamento, decorridos que foram dois anos de mandato deste Executivo, já deveria refletir um plano de desenvolvimento elaborado com rumo e metas definidas. Salientou que o plano é muito pequeno para as opções que pretendem elencar. -----

--- Recordou, que em orçamentos anteriores o Mais Santarém se absteve, tendo dado o benefício da dúvida face à herança recebida por este Executivo. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---Disse que este orçamento, embora parecendo um orçamento possível, continua a ser uma desilusão, não sendo, seguramente, um orçamento desejável, esperando algo mais do que a aplicação das receitas para pagar dívidas. -----

---Assinalou que não está incluído neste orçamento qualquer gasto previsto para a criação de uma estrutura de acolhimento para autocaravanas, tendo em conta que essa proposta, apresentada pelo Mais Santarém, foi aprovada pela Assembleia Municipal em setembro de dois mil e quinze. Igualmente também não se encontra previsto qualquer gasto para melhorias a realizar no Coreto do Jardim da República, conforme foi recomendado na Comissão criada para análise da petição popular para este fim. -----

---Considerou que seria importante para a democracia e um sinal de respeito para esta Assembleia, a atribuição de algumas verbas referentes aos pontos anteriormente assinalados, revelando a sua omissão, pouca ou nenhuma consideração pelos seus proponentes e pela própria Assembleia, razão pela qual o Mais Santarém iria votar contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis. -----

---De seguida o senhor **Vítor Franco** felicitou o senhor Vereador Ricardo Segurado pelo trabalho de análise que fez a este Orçamento, que lhe pareceu sério e detalhado e que, independentemente das diferenças de orientação política, ajudou a equipa do Bloco de Esquerda neste trabalho.-----

---Referiu que poderia analisar este orçamento levantando questões gerais sobre infraestruturas desportivas, apoio sociais, estrutura rodoviária, limpeza e higiene públicas, preservação espaço público, sinalética entre outras. No entanto, disse que o Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas financeiras para serem debatidas.-----

---Salientou que o Bloco de Esquerda é favorável à venda de participações sociais. -----

---Alertou ainda para as quarenta e uma potenciais situações de crédito não reconhecido, que totalizam vinte e três milhões e setecentos mil euros, que caso se venham a concretizar, podem mudar drasticamente a situação financeira da autarquia. -----

---Mencionou que o PSD refere que este Orçamento é “escravo” do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, programa esse que o PS votou também a favor e o Bloco de Esquerda contra. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Aludiu que o Bloco de Esquerda não concorda com esta proposta de orçamento, estando inclusivamente preocupados com alguns dos alertas que a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) faz no seu Relatório, relativas ao arrecadamento de receitas. Disse tratar-se de um Orçamento da continuidade da política castigadora do PSD - Partido Social Democrata sobre as populações, que se reflete nas leis nacionais e nos Orçamentos, dando como exemplo o caso do aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Por estas razões, o Bloco de Esquerda não poderá votar a favor deste Orçamento. -----

--- Depois o senhor **Manuel Frazão** considerou ter havido rigor orçamental na elaboração do orçamento em apreço, não contendo empolamentos nem falsas ilusões. Disse ser um orçamento com o valor mais baixo dos últimos dezoito anos, excluindo o de dois mil e dois, que foi o primeiro a ser elaborado após a publicação do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, cujas dotações não abarcavam a totalidade da dívida. Constatou também que este Orçamento vem no seguimento do que tem sido feito em anos anteriores, nomeadamente a partir de dois mil e catorze.-----

--- Salientou que, este é o terceiro ano que o Executivo se compromete a baixar drasticamente o valor da dívida. No entanto, pretende de forma gradual e sustentada, criar condições para o crescimento do Concelho, contrariamente ao que aqui se tem dito, através da realização de investimentos, como o projeto de estabilização das encostas de Santarém, a reabilitação do Mercado Municipal, a recuperação do parque escolar e da rede viária Municipal. Disse ainda que este Orçamento pretende manter a estratégia de investimento do desenvolvimento e afirmação do concelho de Santarém aliada á consolidação das contas da Câmara Municipal de Santarém que se tem conseguido nos últimos tempos.

Mencionou que o Anuário Financeiro de dois mil e catorze refere, entre outras questões, que o Município de Santarém é o décimo quarto Município com maior diminuição da dívida face e dois mil e treze, em sete vírgula sete milhões de euros, sendo o quarto melhor Município a reduzir o prazo médio de pagamentos. -----

--- Prosseguiu, comparando o Orçamento em apreço com o de dois mil e quinze, considerando que houve uma redução nos custos com pessoal em duzentos e vinte e quatro mil euros, dos custos com o serviço da dívida em um vírgula três milhões de euros,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

nomeadamente em juros de mora, aumento dos duodécimos para as freguesias em quarenta e seis mil euros, aumento das transferências de capital para as freguesias em noventa e dois mil euros. -----

---Quanto à área social disse que o Conselho Local de Ação Social de Santarém (CLAS) tem desenvolvido um papel meritório nesta área, felicitando ainda, a senhora Vereadora Susana Pita Soares, pelo excelente trabalho que tem tido na área de Ação Social. -----

---Concluiu, dizendo relativamente ao Orçamento para dois mil e dezasseis, que o mesmo mantém uma tendência de consolidação financeira, pretendendo preservar o bom nome da Câmara Municipal reconquistando a confiança de todos os parceiros. Considera que este Orçamento será uma alavanca no desenvolvimento da economia local, pelo que iria votar favoravelmente.-----

---De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** declarou que este Orçamento é o mais baixo dos últimos dezoito anos, sendo inferior em duzentos e quarenta e três mil euros ao do ano passado, estando de acordo com o Quadro Plurianual de Programação Orçamental exigido pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

---Salientou que o Orçamento para dois mil e dezasseis foi feito sem haver ainda Orçamento de Estado. Daí uma das razões por em algumas rubricas haver semelhanças com o do ano passado, estando, portanto, num quadro de indefinição.-----

---Recordou, que o município está obrigado, pela Lei das Finanças Locais, a executar a receita a oitenta e cinco por cento. Recordou que na Assembleia Municipal do passado mês de setembro, apresentou um Relatório onde se demonstrava de uma forma clara e transparente, toda a situação financeira do Município de Santarém, tendo já nessa altura, uma execução de quarenta e quatro por cento. Atualmente a execução orçamental está nos setenta e três por cento. Por este facto, referiu que no final do corrente ano, irá chegar aos oitenta e cinco por cento na execução do orçamento de dois mil e quinze, comparativamente ao do ano transato. -----

---Destacou que o Executivo tem como objetivo apoiar e ir além do que estava previsto no ano passado, concretamente no reforço dos apoios aos clubes, ao apoio cultural e ao associativismo, no pagamento às Juntas de Freguesia, nas recuperações em escolas, entre

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

outros. Tudo aquilo com que se comprometeu será feito e mais importante ainda, será pago.

---

--- Salientou que o enche de orgulho, o prazo médio de pagamento aos fornecedores atualmente ser de quarenta e nove dias. -----

--- Afirmou que a receita não foi empolada, tendo até havido muita prudência nesta matéria uma vez que houve receita que não foi colocada na totalidade, como é o caso das Transferências para o Município por via dos Impostos do Estado, da taxa do IVA da eletricidade e das refeições escolares, Licenciamento Zero, correspondendo tudo isto a dois milhões e cem mil euros. -----

--- Recordou que a Lei das Finanças Locais veio obrigar a Autoridade Tributária a dizer quantos impostos tem arrecadados e que não foram entregues aos municípios, o que no caso da Câmara Municipal de Santarém corresponde a quatro milhões e meio de euros que ainda não foram recebidos. -----

--- Referiu que não houve só prudência na despesa mas também na arrecadação de receita e que poderia ter colocado no Orçamento da Câmara Municipal de Santarém mais sete vírgula sete milhões de euros. -----

--- Quanto à questão dos Fundos Comunitários lembrou que os mesmos ainda não estão aprovados pelo que não poderiam ser considerados. -----

--- Relativamente ao Projeto do Mercado Municipal disse que a obra será iniciada durante o ano de dois mil e dezasseis. -----

--- No que concerne ao Projeto “Centro Histórico sem beatas” disse que o mesmo não está previsto no Orçamento, por ser um projeto que irá ser feito com um patrocinador.

Relativamente à recolha de resíduos nas freguesias irá ser feita através de uma empresa no início do próximo ano. -----

--- Destacou que atualmente a grande diferença que existe nos Orçamentos Municipais é que as execuções orçamentais rondam os oitenta a oitenta e cinco por cento, tendo a expectativa de ainda chegar aos noventa e cinco por cento. -----

--- Relativamente aos Fundos Comunitários e respetivas participações disse que os valores apresentados no documento, se referem a outras empreitadas, cujos Fundos ainda

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
**Sessão de 21 de dezembro de 2015**

não estão fechados, o que traduzem um montante de quatrocentos e oitenta e sete mil euros.

---Em relação às questões sociais, referiu que é uma matéria com a qual tem havido bastante preocupação. Evidenciou que temos um Conselho Local de Ação Social muito forte e estruturado que fará ações com outros parceiros. Se o Município de Santarém tiver de fazer alguma ação fará, conjuntamente com estes e outros parceiros, com base na necessidade e no entendimento entre todos. -----

---Quanto à questão do investimento, disse que hoje existe a capacidade de atrair investidores para Santarém, o que não acontecia em anos anteriores. -----

---No que diz respeito à promoção turística lembrou que a mesma foi feita durante algum tempo pela Viver Santarém. No entanto, cabe à Entidade Regional de Turismo fazer essa promoção. -----

---No que concerne à questão de pagar e fazer obra, disse que gostaria de fazer mais, mas as condições financeiras não o permitem. A este propósito sublinhou estar muito expectante com o Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis e que o Orçamento do Município está pronto para incorporar todas as medidas que venham a ser necessárias efetuar. -----

---Reportando-se à intervenção do senhor deputado Armando Rosa disse que há algumas reparações cujas rubricas poderão não estar inscritas por decorrerem da própria execução do Orçamento. -----

---Relativamente às estradas referiu haver um contrato de conservação corrente, esperando poder libertar alguns meios para poder arranjar outras estradas que também são fundamentais. Disse tratar-se de um problema nacional e de qualquer que seja o Governo, porque não há Fundos Comunitários para conservação de estradas e os municípios só com os seus Orçamentos não vão ter capacidade para fazer tudo. Aludiu que á cerca de noventa e dois mil quilómetros de estradas no país e terá de haver sensibilidade e estratégia nacional para resolver este problema. -----

---Quanto às responsabilidades contingentes que representam vinte e três milhões de euros, conforme foi indicado no relatório da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), disse que o Município de Santarém tem feito previsões desde dois mil e doze. Informou que estas responsabilidades dizem respeito a crédito não reconhecido, referentes a processos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

anteriores a dois mil e cinco. -----

--- Relativamente à subida do Imposto Municipal sobre Imóveis disse que a mesma ocorreu, devido a reavaliações do património, aproveitando para sugerir que os munícipes façam a sua reclamação através do site que se encontra disponível para o efeito. -----

--- Em relação aos Fundos Comunitários salientou que o Município de Santarém tem tido a capacidade de ir ao encontro e preparar-se para os Fundos que aí vêm. Lamentou que se tenha de esperar dois anos até entrar em vigor o novo Quadro Comunitário. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e dezasseis**, nos termos das alíneas a) e o), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, seis votos contra e doze abstenções.-----

--- Foram efetuadas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

--- Pelo senhor **António João Henriques** – Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém: “Votei a favor deste orçamento por que acredito no senhor Presidente da Câmara”.-----

--- Pelo senhor **Armando Rosa**: “Este orçamento aqui apresentado continua a ser uma desilusão e, parecendo ser o orçamento possível, não é seguramente o orçamento desejável. Espera-se mais de um orçamento. Algo mais do que a aplicação das receitas para pagar dívidas.-----

--- Sabemos da herança que nos deixou a anterior gestão do PSD. Não só na área financeira, mas também em todas as outras que têm a ver com o bem-estar, com a cultura, com o desenvolvimento económico, em suma: com o nosso futuro.-----

--- A meio do mandato deste executivo, qual a esperança de melhorias que esta gestão dá aos seus munícipes? Neste orçamento não se vislumbra nenhuma. Apenas respostas às necessidades e urgências de momento. Apenas a gestão corrente, errática e circunstancial.

--- Que futuro podem esperar os pequenos investidores num concelho onde não existe qualquer planeamento estratégico a médio/longo prazo? Onde se planeia erraticamente ao

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

sabor das iniciativas e dos projetos que vão aparecendo. Onde o Centro Histórico cada vez está mais deserto e sem projetos que alterem esse desígnio. -----

---Que futuro para um concelho em que o orçamento para a promoção turística é de cinco mil euros?-----

---Que futuro se pode esperar de uma gestão que retira uma das suas relíquias arquitetônicas (ex- Presídio Militar) do PEDU (Programa Estratégico de Reabilitação Urbana), com o argumento de que "aquilo" ainda não é nosso e não precisa de cuidados de manutenção.-----

---Que futuro tem um concelho em que, talvez o seu mais importante espaço edificado, a ex EPC, é ocupado também ao sabor das solicitações ocasionais e de nenhum planeamento ou critério? (Sobre este tema o Mais Santarém irá apresentar um requerimento ao executivo, solicitando as cópias de todos os contratos e protocolos assinados com as entidades ocupantes). -----

---Para além dos pontos focados, queremos assinalar que não está incluído no orçamento qualquer gasto previsto para a criação de uma estrutura de acolhimento para autocaravanas. Foi sugerida a reserva condicional neste orçamento desse custo e aprovada essa recomendação, apresentada pelo Mais Santarém, na Assembleia Municipal de vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze. -----

---Também não consta explícito neste orçamento, qualquer gasto relativo a melhorias a realizar no Coreto do jardim da República, como foi recomendado na comissão criada para análise da petição popular, para esse fim.-----

---Mesmo que não muito significativas e não imperativas, seria importante para a democracia e um sinal de respeito para com esta assembleia, a atribuição de algumas verbas relativas a estes dois últimos pontos. A sua omissão apenas revela pouca ou nenhuma consideração pelos respetivos proponentes e pela própria assembleia. -----

---Também pelo que atrás foi dito, o Mais Santarém votou contra este orçamento."-----

**---PONTO TRÊS – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DURANTE DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e três/dois mil e quinze: -----

--- “Considerando: -----

--- Um) O disposto no artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestação com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

--- a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

--- b. Os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

--- Dois) A alínea c) do número um do artigo seis da Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro atribui à Assembleia Municipal a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público – privadas; -----

--- Três) O artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze de vinte e um de junho, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

--- Quatro) A operacionalização do disposto nos dois pontos anteriores é, de alguma forma problemática, atendendo à atividade regular da autarquia e ao reduzido número de sessões por ano da Assembleia Municipal;-----

--- Cinco) Nos termos do disposto na alínea ccc) no número um do artigo trinta e três da Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, cabe à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada em vinte e seis de outubro de dois mil e quinze, propõe-se que essa Assembleia Municipal emita **autorização prévia**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

**genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal,** nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e do artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, nos casos seguintes: -----

---a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

---b. Os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

--- Informa-se que: -----

---i) A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e no Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

---ii) Será presente às sessões ordinárias da Assembleia Municipal de junho e novembro/dezembro uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização prévia genérica.” -----

---Foi dada a palavra ao senhor **Renato Bento** que disse que o Partido Socialista, não obstante na reunião de Câmara os Vereadores desta força política terem-se absterido, vai votar a favor, por esta proposta respeitar integralmente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

---Seguidamente o senhor **Vítor Franco** solicitou esclarecimento sobre o entendimento da Câmara e respetivas implicações, no que se refere a “Autorização Prévia Genérica”, uma vez que os encargos não devem exceder os limites de noventa e nove mil euros, em cada um dos anos económicos seguintes e no prazo de execução de três anos, considerando este valor muito elevado. -----

---De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que no início do mandato não existia esta Autorização Prévia, o que obrigava a que muitos dos assuntos tivessem de vir ao Órgão Deliberativo, o que vinha a atrasar muito os processos. Tal situação foi alterada

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

em dois mil e catorze vindo a Câmara Municipal de Santarém a ganhar celeridade no seu todo. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais para o ano de dois mil e dezasseis**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois ml e doze, de vinte e um de fevereiro e do artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e seis votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO COM O NOVO BANCO.** ----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e um/dois mil e quinze: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em vinte e seis de outubro de dois mil e quinze, cabe-me submeter à Exma. Assembleia Municipal que seja autorizada, nos termos da alínea f) do número um e do número quatro do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo quarenta e nove da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, a Adenda ao Contrato de Empréstimo de Saneamento financeiro celebrado em quinze de fevereiro de dois mil e treze com o Novo Banco, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Alteração ao Contrato de Empréstimo de Saneamento Financeiro com o Novo Banco**, nos termos da alínea f) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO A CONTRAIR DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e quatro/dois mil e quinze:-----

--- “Considerando que: -----

--- O fluxo de arrecadação de receitas do Município de Santarém não é constante ao longo do ano; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---O planeamento financeiro do Município de Santarém é feito atempadamente e com o objetivo de antecipar desequilíbrios significativos; -----

---Através do uso da previsão e da prospetiva, é possível verificar que durante o ano de dois mil e dezasseis, irão ocorrer, momentaneamente, diferenças substanciais entre a receita e a despesa; -----

---Os referidos desequilíbrios, na componente da despesa, irão verificar-se, nomeadamente, nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, atendendo aos encargos decorrentes do PREDE e do PAEL; -----

---No final dos meses de maio, agosto e dezembro, o Município de Santarém obterá encaixes significativos de receitas provenientes dos impostos diretos, nomeadamente, do IMI;-----

---Estima-se que o Município de Santarém tenha necessidade de utilizar o empréstimo de curto prazo, em períodos imediatamente anteriores aos meses referidos no ponto anterior;

---Os valores eventualmente utilizados serão liquidados no final dos meses de maio, agosto e dezembro com a receita proveniente do IMI, pelo que se estima que o valor dos juros seja residual. -----

---Dando sequência à deliberação camarária tomada em vinte e seis de outubro de dois mil e quinze, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia que seja autorizada, ao abrigo e nos termos da alínea f) do número um e do número quatro do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro conjugados com os artigos quarenta e nove e cinquenta da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, a contratação de empréstimos de curto prazo a contrair durante o ano de dois mil e dezasseis, até ao montante de dois milhões de euros, a amortizar integralmente durante o ano de dois mil e dezasseis.”-----

---Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Empréstimos de Curto Prazo a contrair durante o ano de dois mil e dezasseis**, nos termos da alínea f) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, conjugado com os artigos quarenta e nove e cinquenta da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, tendo sido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

**aprovada por maioria**, com quarenta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção-

### --- PUNTO SEIS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO E FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA A.S. EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e nove/dois mil e quinze: -----

--- Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de dezembro de dois mil e quinze, tomada por maioria com cinco abstenções dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista e da CDU – Coligação Democrática Unitária e três votos favoráveis da senhora Presidente em exercício e dos senhores Vereadores do PSD – Partido Social Democrata, nos termos da alínea n) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal que delibere: -----

--- a) Que os titulares de órgãos da empresa que exerçam funções na Câmara Municipal não tenham direito a qualquer remuneração e os que não exerçam essas funções tenham direito a senha de presença por cada reunião em que participem, de montante igual às atribuídas aos vereadores sem pelouro; -----

--- b) Que o Vogal com funções executivas, Teresa Cristina Rocha Matias Ferreira, aufera uma remuneração correspondente ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal, nos termos do número dois do artigo doze dos Estatutos da A.S. – Empresa das Águas de Santarém, EM, SA, conjugado com o disposto no número dois e três do artigo trinta da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto; -----

--- c) Dispensar os membros do Conselho de Administração da prestação de caução; ----

--- d) Que o Fiscal Único “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas” aufera a remuneração anteriormente fixada por deliberação da Assembleia Municipal. -----

--- No uso da palavra o senhor **José Luis Cabrita** salientou que o sentido de voto da CDU será a abstenção, não por estar contra a remuneração dos membros da administração que estão a tempo inteiro na Empresa das Águas de Santarém, uma vez que a proposta resulta da Lei, mas em coerência com a posição assumida em relação à administração desta

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

empresa logo no início do mandato. -----

---Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Nomeação e Fixação da Remuneração dos Titulares dos Órgãos Sociais da A.S. Empresa das Águas de Santarém**, nos termos da alínea n) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e dezoito abstenções. -----

**---PONTO SETE – PROPOSTA RELATIVA À EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NO CONCELHO DE SANTARÉM – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze, tomada por unanimidade, tenho a honra de propor a essa Assembleia que se digne aprovar a nova repartição de encargos referente à empreitada de “Conservação e Manutenção de Estradas no Concelho de Santarém, pelos anos económicos de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove”, com os fundamentos expostos na informação número vinte e quatro, de vinte e três do mês findo, da Secção de Expropriações e Notariado da Divisão Jurídica, que se anexa”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta relativa à Empreitada de Conservação e Manutenção de Estradas no Concelho de Santarém – Repartição de Encargos**, nos termos do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**---PONTO OITO – PROPOSTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS NA CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO.**-----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e nove/dois mil e quinze:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

tomada por maioria com voto contra do senhor Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária e votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e do PS – Partido Socialista, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Municipais na CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, assumindo os respetivos encargos**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco e da alínea m) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com a alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luis Cabrita** que disse que iria votar contra esta proposta, em coerência com a posição assumida aquando da discussão do contrato, por entender que se trata de matéria que deveria continuar a ser da exclusiva competência do Município.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Área da Reabilitação Urbana dos Municípios associados na CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, nos termos do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO NOVE – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE.**-----

--- Pela Câmara Municipal de Santarém foi apresentado para apreciação o relatório em epígrafe. -----

--- Não houve intervenções sobre o documento em apreço o qual não carece de votação.

--- **PONTO DEZ – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e cinco/dois mil e quinze:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de novembro de dois mil e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

quinze, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia que autorize a Câmara Municipal a proceder à alienação em hasta pública de imóveis municipais, bem como aprove o respetivo programa de procedimentos que se anexa”.-----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóveis Municipais**, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**---PONTO ONZE – PROPOSTA DE CONTRATO DE PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A VIVER SANTARÉM PARA DOIS MIL E SEIS.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária de vinte e seis de outubro cabe-me, nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a aprovação do Contrato Programa a celebrar entre a Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM, SA e o Município de Santarém para o ano de dois mil e dezasseis, que anexo”.-----

---Foi dada a palavra ao senhor **José Luis Cabrita** que referiu que a CDU se iria abster, por representar uma evolução da posição da CDU em relação ao relacionamento entre a Câmara e esta empresa.-----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contrato de Programa entre a Câmara Municipal de Santarém e a Viver Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, um voto contra e dezanove abstenções -----

**---PONTO DOZE – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PROJETO GLOBAL DE ESTABILIZAÇÃO DAS**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

### ENCOSTAS DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e oito/dois mil e quinze:-----

--- “Dando sequência às deliberações camarárias tomadas por unanimidade nas reuniões de vinte e um de setembro e vinte e três de novembro de dois mil e quinze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Suspensão Parcial do PDM - Plano Diretor Municipal – Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém (PGEES)** de acordo com a alínea b) número um do artigo cento e vinte seis e do número um do artigo cento e trinta e sete do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio (RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial)”. ----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Suspensão Parcial do PDM - Plano Diretor Municipal – Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém**, nos termos da alínea b) número um do artigo cento e vinte seis e do número um do artigo cento e trinta e sete do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio (RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

### --- PONTO TREZE – PROPOSTA DE CORREÇÕES MATERIAIS AO REGULAMENTO DO PDM - PLANO DIRETOR. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e sete/dois mil e quinze:-----

--- “Dando sequência às deliberações camarárias tomadas por unanimidade na reunião de vinte e três de novembro de dois mil e quinze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Proposta de Correções materiais ao Regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal** de acordo com o número três do artigo cento e vinte e dois do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio (RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial)”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Correções materiais ao Regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal**, nos termos do número três do artigo cento e vinte e dois do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze, de catorze de maio (RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

### ---PONTO CATORZE – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AOS GRUPOS DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e dois/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de vinte seis de outubro do corrente ano, nos termos das disposições conjugadas da alínea g) do número um do artigo vinte e cinco e alínea k) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a aprovação do **Projeto de Regulamento Municipal de Apoio aos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém**, que anexo”. ---

--- Tomou a palavra o senhor **Vítor Franco** apresentando uma proposta de alteração ao regulamento em apreço, propondo que o ponto dois do artigo quatro passe a ter a seguinte redação: “O Eixo um – O apoio financeiro por dador de sangue presente nas sessões de dádiva consiste na atribuição de dois euros” sendo retirado do parágrafo a expressão “até ao máximo de trezentos dadores por ano”. Considerou que é necessário incentivar a dádiva de sangue. -----

---A seguir a senhora **Vereadora Susana Pita Soares** informou que este Regulamento foi negociado com os Grupos de Dadores, tendo sido acatadas as suas sugestões, pelo que não vê pertinência na proposta apresentada, na medida em que o Regulamento resulta, daquela que foi a vontade expressa, dos Grupos de Dadores de Sangue do Concelho.-----

---Seguidamente o senhor **Armando Rosa** considerou que se trata de um passo e uma ajuda a estas equipas de dadores de sangue do concelho. Referiu ser o porta-voz do grupo de dadores de sangue mais ativo e que tem uma grande diferença de número de dadores que atuam anualmente, em relação aos restantes grupos do concelho. Aludiu que lhe foi reportado, que nessa reunião o Grupo de Dadores de Pernes não esteve presente. Este Grupo de Dadores atua anualmente em cerca de mil e quatrocentos dadores, enquanto a média dos restantes não ultrapassa os trezentos. Por este motivo, sentem que existe uma falta de equidade e tratamento, podendo ter algum benefício ou motivação extra no valor a receber. Neste sentido, pensa que deveria haver uma discriminação positiva para premiar quem mais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

esforço faz na recolha de sangue. -----

--- A sugestão apresentada por este Grupo de Dadores, foi no sentido da atribuição de mais um euro, por cada dador, para além dos trezentos por ano, o que se traduziria numa despesa para a Câmara em mais mil e cem euros por ano para esses Grupos. -----

--- Considerou que existe uma falta de equidade para com estes Grupos e uma falha na não convocação do Grupo de Dadores de Pernes para a referida reunião. -----

--- Retomou a palavra a senhora **Vereadora Susana Pita Soares** que referiu já ter tido oportunidade de falar com o Presidente do Grupo de Dadores Benévolos de Pernes acerca da estranheza de não estarem presentes na reunião com os restantes Grupos, para a qual também foram convocados, situação que ocorreu por motivos alheios à Câmara Municipal. Disse considerar esta proposta justa, resultando do que foi negociado com a maioria dos Grupos do concelho. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento Municipal de Apoio aos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue do Município de Santarém**, nos termos das disposições conjugadas da alínea g) do número um do artigo vinte e cinco e alínea k) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta votos a favor, dois votos contra e zero abstenções. -----

**--- PONTO QUINZE – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, JUNTO AOS EDIFÍCIOS HABITACIONAIS DA EX-ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e três/dois mil e quinze:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea q) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

votação a **Proposta de desafetação de parcela de terreno do domínio privado municipal para o domínio público, junto aos edifícios habitacionais da ex-Escola Prática de Cavalaria**, nos termos da alínea q) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** propôs a discussão em conjunto dos Pontos Dezasseis, Dezassete, Dezoito, Dezanove, Vinte, Vinte e Um e Vinte e Dois, tendo o plenário concordado.-----

---Foi dada a palavra ao senhor **Jose Luis Cabrita** que declarou que a CDU iria votar contra todas estas propostas, não por serem contra o desenvolvimento económico e muito menos contra a criação de postos de trabalho, mas porque estão contra esta Lei. Conforme demonstraram na Assembleia da República e agora não sua aplicação prática, parece-lhes que ela inverte um conjunto de atribuições, remetendo para as Câmaras Municipais a responsabilidade, primeiro pela aprovação da Declaração de Interesse Municipal e só depois, colocando a cada um dos agentes económicos a obrigação do cumprimento, daquilo que a Lei estabelece em termos de licenciamento das suas atividades económicas.

No entender da CDU - Coligação Democrática Unitária, este processo já devia vir para o Município, instruído com os necessários pareceres para cada uma das atividades económicas. -----

---Fez alusão a um dos processos que estão em análise e na forma como o mesmo está instruído, o que demonstra que as soluções técnicas nem sempre resultam. -----

---Seguidamente o senhor **Armando Rosa** manifestou a sua concordância relativamente aos pontos em discussão referindo que iria apresentar Declaração de Voto.-----

---A seguir o senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** referiu que o Partido Socialista também vai votar favoravelmente. No entanto, deixou expresso uma declaração de voto, no sentido de que esta solução encontrada de declarações de Interesse Municipal, não se devem constituir como norma, devendo, o quanto antes, ser incluídas na revisão do PDM - Plano Diretor Municipal ou através de outros instrumentos para que possam ser alterações de âmbito limitado, para corrigir situações destas, devendo ser validadas, caso a caso.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Depois o senhor **Vítor Franco** salientou que o Bloco de Esquerda se irá abster nesta votação, como sempre o tem feito. No entanto, há um historial sobre este problema, que surge continuamente. -----

--- Recordou que na última Assembleia Municipal foi colocado o problema dos estudos de impacto ambiental, tendo sido dito, que os referidos estudos, são tratados á posteriori da emissão destas declarações. Por este facto, solicitou ao Executivo Municipal informação da apresentação dos estudos de impacto ambiental de todas estas empresas, cuja aprovação está hoje em causa, para que o Bloco de Esquerda possa prosseguir o seu papel de verificação não só de evolução ambiental mas também, com responsabilidade do Poder Autárquico em Santarém. -----

--- De seguida o senhor **Ramiro Matos** referiu que a bancada Partido Social Democrata vai votar favoravelmente todos estes pedidos, porque em primeiro lugar louvam a iniciativa do anterior Governo em aprovar o Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, que permite, eventualmente, regularizar um conjunto de explorações com grande produtividade e grande nível de emprego, como são os casos que estão a ser analisados.

--- Considerou que, com a emissão da Declaração de Interesse Municipal aquilo que se pretende dizer é que o projeto daquela unidade produtiva, tem interesse público Municipal, porque gera emprego, produtividade e riqueza no concelho, não vinculando as entidades do Governo Central a deferirem o projeto. -----

--- Recordou que o próprio Decreto-Lei refere que estas situações tem de ser verificadas caso a caso, para que possa haver uma valoração dos interesses apresentados casuisticamente. -----

Por último o senhor **Vereador Luis Farinha** clarificou que estas declarações de interesse público municipal estão a ser solicitadas ao abrigo do Decreto-Lei cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, tendo um carácter extraordinário uma vez que o mesmo vigora até ao dia quatro de janeiro de dois mil e dezasseis.-----

--- Esgotadas as intervenções, foram colocados a votação os pontos em apreciação:-----

**--- PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA – MOCAPOR - COMÉRCIO**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

### **E INDÚSTRIA DE MÁRMORES, LDA.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e dois/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de setembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para ampliação de indústria – Mocapor - Comércio e Indústria de Mármore, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

### **---PONTO DEZASSETE – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DE SERRAÇÃO DE MADEIRA – ANTÓNIO DO ROSÁRIO DUARTE & FILHOS, LDA.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e um/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de novembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para regularização da**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

**unidade industrial de serração de madeira – António do Rosário Duarte & Filhos, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

### **---PONTO DEZOITO – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNE – AGRO-PECUÁRIA VALINHOS, SA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e cinco/dois mil e quinze: ----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para ampliação de unidade industrial de abate e transformação de carne – Agro-Pecuária Valinhos, SA.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

### **---PONTO DEZANOVE – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE UMA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA – HORÁCIO M. P. NOGUEIRA PINHEIRO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e seis/dois mil e quinze: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para ampliação de uma exploração avícola – Horácio M. P. Nogueira Pinheiro**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

---**PONTO VINTE – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA (CRIAÇÃO DE BOVINOS) – VACARIA TERRA DAS CHANTAS, LDA.**-----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e oito/dois mil e quinze: -----

---“Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para exploração pecuária (criação de bovinos) – Vacaria Terra das Chantas, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

### **PONTO VINTE E UM – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO (LEGALIZAÇÃO) DE UNIDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CAIXILHARIA EM ALUMÍNIO E PVC – ALU-M-ALUMÍNIOS E PVC, LDA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e sete/dois mil e quinze: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para ampliação (legalização) de unidade industrial de transformação de caixilharia em alumínio e PVC – ALU-M-ALUMÍNIOS e PVC, LDA.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

### **--- PONTO VINTE E DOIS – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL – MÁRMORES FERRAR, LDA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e quatro/dois mil e quinze: ---

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de dezembro de dois mil e quinze, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal para ampliação de pavilhão industrial – Mármore Ferrar, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.-----

---Pelo senhor **Armando Rosa** foi apresentada a seguinte Declaração de Voto respeitante aos Pontos Treze, Dezasseis, Dezassete, Dezoito, Dezanove, Vinte, Vinte e Um e Vinte e Dois:-----

---“ O Mais Santarém votou favoravelmente os referidos pontos da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. Não o pode nem quer deixar de fazer pois com isso estaria a contribuir para inviabilizar pretensões perfeitamente legítimas de munícipes e também a limitar o desenvolvimento económico do nosso concelho já de si muito fragilizado. E nesse sentido fá-lo com toda a convicção. -----

---No entanto, não podemos, não queremos, nem devemos deixar de vincar claramente que estas correções e declarações de interesse municipal só são necessárias e assim aqui apresentadas, dado que o novo Plano Diretor Municipal que há dez anos deveria vigorar, continua sem evolução na sua elaboração e por isso temporalmente muito longe da sua publicação. -----

---É que todos há muito sabemos que os embargos que resultam da aplicação da atual legislação e das cartas em vigor não fazem, na maioria das situações, qualquer sentido e ficarão certamente sanados de imediato com a concretização da alteração do PDM. Isto, é claro, admitindo, como queremos acreditar, que a nova versão resultará na correção dos erros e contradições de que o atual texto enferma.” -----

---**PONTO VINTE E TRÊS – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA DA**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM NO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO.-----

--- Nos termos do número um do artigo seis do Regulamento Municipal do Desporto foram nomeados pela Assembleia Municipal. -----

--- Alínea d) Um representante de cada Grupo Municipal eleito para a Assembleia Municipal:-----

--- Partido Social Democrata – Paulo Tiago Rodrigues dos Santos. -----

--- Partido Socialista – Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário. -----

--- Coligação Democrática Unitária – Raquel Inês Marques Fernandes.-----

--- Mais Santarém – Armando António Leal Rosa. -----

--- Bloco de Esquerda – Vítor Manuel de Carvalho Franco.-----

--- CDS – Partido Popular – Maria Manuel Cardoso Vieira Dos Santos. -----

--- Alínea e) Dois representantes, eleitos pela Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia/União de Juntas de Freguesia: -----

--- Presidente da União de Freguesias da Cidade – Carlos António Marçal. -----

--- Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo – José Augusto Alves dos Santos.

### --- VINTE E QUATRO – NOMEAÇÃO DOS QUATRO CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE PARA A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. -----

--- Nos termos da alínea l) do artigo dezassete da Lei nº cento e quarenta e dois/dois mil e quinze, de oito de setembro, foram nomeados para a Comissão Alargada os seguintes cidadãos:-----

--- Dilma Madeira Lopes.-----

--- Maria João Catrola. -----

--- Maria José Gonçalves Dionísio.-----

--- Sandra Isabel Barreiro Dinis. -----

### --- PONTO VINTE E CINCO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---Pelos representantes dos grupos municipais com assento nesta Assembleia Municipal foi apresentada a Moção “**Pela continuação da Fábrica Rical / Unicer em Santarém**” que a seguir se transcreve: -----

---“Santarém foi surpreendida pelo anúncio do encerramento da ex-fábrica Rical, e de uma unidade em Leça do Balio do grupo Unicer. Esta empresa, que já aqui encerrou a produção de cervejas, tem elevado valor no concelho, pela sua antiguidade e enraizamento local, pela apreciável capacidade de evolução técnica e emprego de setenta funcionários.

---A notícia surpreende ainda porque a Unicer teve, em dois mil e catorze, um aumento de resultados líquidos de vinte e quatro por cento, atingindo trinta e três milhões de euros e recebeu recentemente um subsídio de sete milhões de euros, dos quais três vírgula sete milhões foram investidos precisamente na unidade de Santarém cujo encerramento é agora anunciado, sendo ainda de duvidar sobre os argumentos apresentados, nomeadamente o decréscimo de vendas em Angola. -----

---Acresce que a Comissão de Trabalhadores da Unicer tem tentado de todas as formas chegar a entendimentos que visem defender os postos de trabalho que agora se vêem ameaçados e desenvolve propostas de acções alternativas para poupanças e agilização de sectores procurando a manutenção da produção e dos postos de trabalho.-----

---Os trabalhadores têm desenvolvido várias formas de protesto que têm merecido o apoio generalizado da nossa comunidade.-----

---Assim, os Grupos Municipais do PSD, PS, CDU, Mais Santarém, BE, CDS e Independentes, propõem que a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e um de dezembro de dois mil e quinze, delibere:-----

---Um — Rejeitar com veemência a intenção da Unicer de encerrar a sua unidade de Santarém, solicitando à Administração da empresa que abandone esta intenção;-----

---Dois — Solicitar ao Governo que desenvolva todas as medidas necessárias para que o despedimento destes 140 trabalhadores não se efetue, para que a laboração continue e informe esta Assembleia sobre os procedimentos adotados; -----

---Três — Solicitar também ao Governo para que aprecie a legalidade da atribuição de fundos comunitários à Unicer, relativos às unidades que vão encerrar, pedindo a respetiva

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

devolução se os requisitos de manutenção do investimento ou outros não estejam salvaguardados;-----

--- Quatro — Solicitar à Câmara Municipal de Santarém que possa aferir da possibilidade legal de revogação de atos de licenciamento sobre imóveis da Unicer em Santarém, nos quais não hajam sido concretizados os investimentos;-----

--- Cinco — Solidarizar-se com os trabalhadores; -----

--- Seis — Apoiar a Câmara Municipal de Santarém em todas as ações que entenda desenvolver em reação contra a atitude da empresa e em benefício dos trabalhadores e do concelho”. -----

--- O senhor **Vítor Franco** agradeceu a todos os grupos municipais por terem concordado com a proposta da iniciativa do Bloco de Esquerda para todos juntos encontrarem uma moção que expressasse uma unidade municipal em defesa dos trabalhadores e da continuação da fábrica. Afirmou que para o Bloco de Esquerda é muito importante a solidariedade com estes trabalhadores e a manutenção desta importante empresa no concelho, reiterando a todos a colaboração e o diálogo. -----

--- A seguir a senhora **Raquel Fernandes** congratulou todas as bancadas pela unanimidade e pela solidariedade demonstrada para com os trabalhadores mas também para com as cento e quarenta famílias afetadas pela situação. Recordou também que a bancada parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República apresentou quatro pedidos de esclarecimento relativamente a esta situação. -----

--- Depois o senhor **Ramiro Matos** registou com agrado que, nesta Assembleia, embora possam haver desavenças políticas e existir diferentes pontos de vista, nos assuntos essenciais consegue-se uma união e disse que gostava de sublinhar isso, salientando que já se tem conseguido este consenso noutras alturas e noutras matérias. Considera que ninguém que tenha e que ocupe estas funções pode estar de acordo com o encerramento de uma fábrica tão carismática e empregando tanta gente como é o caso da ex-fábrica da RICAL. Disse também que foi naturalmente que o Partido Social Democrata participou proactivamente neste texto e não podem deixar de, neste momento em que se vota a moção, sublinhar o papel que o senhor Presidente de Câmara tem tido ao lado dos trabalhadores e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

contra a administração da empresa em múltiplas situações e junto até de governantes solidarizando-se também com os trabalhadores nas ações públicas que tem tomado. -----

---Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção acima transcrita, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

---Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a Moção: “Voto de congratulação pela atribuição do Prémio Carreira dois mil e quinze a Jorge Custódio” que a seguir se transcreve:

---“Jorge Custódio recebeu, no passado dia três de dezembro de dois mil e quinze, o Prémio Carreira dois mil e quinze atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.-----

---Atual presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, onde renovou dinamismo, docente universitário é investigador no Instituto de História Contemporânea. Introduziu os estudos de Arqueologia Industrial em Portugal, disciplina que hoje se encontra no currículo universitário do Curso de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.-----

---Jorge Custódio é responsável por reputados trabalhos como as criações de vários museus industriais e técnicos, o Museu dos Lanifícios (na Covilhã), o Museu da Cortiça/Fábrica do Inglês (em Silves), o Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, o Núcleo do Tempo do Museu Municipal de Santarém (mil novecentos e noventa e nove) ou o Museu do Cimento (em Maceira-Lis) e o Museu da CIMPOR (em Alhandra), tendo também feito Programa Museológico (dois mil e onze) e dirigido o Museu Nacional Ferroviário (Entroncamento). Também dirigiu o Museu Municipal de Santarém, entre mil novecentos e noventa e quatro e dois mil e dois, tendo contribuído para a remodelação e o planeamento museológico da cidade e organizado várias exposições de que resultaram os catálogos respectivos, entre os quais (São João de Alporão: Na História, Arte e Museologia, Catálogo da Exposição, (coordenação e textos), Santarém: CMS, mil novecentos e noventa e quatro S. Frei Gil de Santarém e a sua época, Catálogo da Exposição, (coordenação e textos), Santarém: CMS, mil novecentos e noventa e sete). -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Foi técnico superior dos antigos IPPC, do IPPAR, do IGESPAR e da actual Direcção-Geral do Património Cultural. Foi também director do Convento de Cristo e coordenou a candidatura municipal de Santarém a património mundial da UNESCO, entregue à Comissão Nacional da UNESCO, em Janeiro de dois mil e dois. -----

--- No Jornal O Ribatejo coordenou e assinou, vai para mais de um quarto de século, o suplemento "Património & Cultura". Foi, aliás, presidente da Federação das Associações de Defesa do Património (mil novecentos e oitenta e um/mil novecentos e oitenta e cinco).

--- À vasta obra produzida até hoje por Jorge Custódio, de que destacamos a sua tese de doutoramento, intitulada "Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a Primeira República", tal como os já referidos volumes "Santarém, Cidade do Mundo", ou ainda "Cem anos de Património, Memória e identidade (Portugal mil novecentos e dez/dois mil e dez)", de que foi o coordenador científico e o autor principal, acrescentamos aqui o livro, já no prelo, "Rodoviária do Tejo — na história e modernidade da viagem coletiva", uma edição de O Ribatejo para a Rodoviária do Tejo que lhe consumiu muitos meses de investigação, e que nos dá a conhecer, no panorama dos transportes rodoviários em Portugal, a história dos Claras, dos Capristanos e da Camionagem Ribatejana, assim como da Rodoviária Nacional e das sociedades antecessoras da Rodoviária do Tejo, no seu contributo para a viagem colectiva.' Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e um de dezembro de dois mil e quinze manifesta a sua congratulação com a atribuição do "Prémio Carreira" dois mil e quinze a Jorge Custódio." -----

--- O senhor **Vítor Franco** referiu que Jorge Custódio tem um trabalho notável, numa carreira extraordinária, até do ponto de vista do património industrial, salientando que o Bloco de Esquerda acha por bem propor esta moção porque releva de forma bastante positiva não só para a pessoa como para o concelho de Santarém. -----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** realçou que o Mais Santarém congratula-se com este voto, salientando que iria votar a favor. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção acima referida, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta votos a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

---Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a Recomendação: “Para facilitar o acesso às mesas e locais de voto a pessoas com mobilidade reduzida” que a seguir se transcreve: -----

---“Nas últimas eleições legislativas, o Bloco de Esquerda recebeu reclamações de pessoas com mobilidade reduzida que consideraram não ter sido acautelado o melhor facilitamento do seu acesso ao local de voto. -----

---A lei eleitoral estabelece algumas formas de facilitação do voto das pessoas com mobilidade reduzida ou portadoras de deficiência. Normalmente as mesas de voto têm manifestado uma boa sensibilidade quanto a esta questão. -----

---É, no entanto, pertinente reforçar a reflexão preventiva sobre as condições de acesso das cidadãs e cidadãos eleitores nestas condições no que às próximas eleições presidenciais diz respeito. Pensando antes de, prevenindo e agindo antes de, melhoraremos a inclusão de todos. E porque não é só a inclusão de alguns que está em causa, é o respeito pela dignidade de todos! -----

---Além de obstáculos para os quais já existe uma maior sensibilização, como a existência de escadas, recomendamos que o executivo municipal dialogue com as Juntas de Freguesia do concelho, a Associação Portuguesa de Deficientes, a Comissão Nacional de Eleições, o Instituto Nacional para a Reabilitação, a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (Acapo), a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (Fenacerci), a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) e a Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (Humanitas), no sentido de estudar e procurar garantir: -----

---a) Acesso fácil de ambulância o mais possível perto de todas as seções de voto;-----

---b) Criação de um lugar provisório exclusivo para viaturas de pessoas com deficiência o mais possível perto da seção ou mesa de voto;-----

---c) Outras medidas de facilitação do acesso a pessoas com dificuldades motoras ou outras”.-----

---O senhor **Vítor Franco** justificou a apresentação da recomendação em apreço, referindo que a mesma visa melhorar o acesso de pessoas portadoras de mobilidade condicionada às

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

mesas de voto. -----

--- A seguir o senhor **Carlos Marçal** informou que foi solicitado à Câmara Municipal a colocação de um sinal provisório de reserva de lugar de estacionamento para deficientes em frente à porta da secção de voto onde foi feita a reclamação. -----

--- Depois, o senhor **Armando Rosa** disse concordar com o conteúdo da recomendação e genericamente com aquilo que está proposto apenas fez um relativamente quarto parágrafo no que diz respeito aos organismos a contactar que são ali referenciados, sugerindo que este parágrafo fosse retirado do texto da recomendação para que possa votar a favor, caso contrário terá que se abster. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Vítor Franco** referindo que aceita retirar o quarto parágrafo da recomendação. -----

--- De seguida o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, afirmou que se sente incomodado com esta recomendação porque, de acordo com a organização existem órgãos, nomeadamente nas freguesias, que devem tratar destas questões de acordo com o que está definido na Lei, referindo que vai votar contra esta recomendação. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a recomendação em epígrafe, com a alteração proposta, a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e dois votos contra, dezasseis votos a favor e três abstenções. -----

--- Pelo senhor **Ramiro Matos** foi proferida a seguinte Declaração de Voto: “A bancada do Partido Social Democrata votou contra esta proposta uma vez que, com a alteração do seu conteúdo e com os testemunhos que aqui foram dados nesta assembleia pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, esta recomendação resumir-se-ia a um alerta para o cumprimento da Lei. O Partido Social Democrata julga que não será esse o espírito das recomendações nesta assembleia e votou contra por esta razão mais formal, porque o assunto da deficiência, da igualdade de acesso e de todas as igualdades é um motivo muito respeitado por este partido e sabem que a Câmara também tem promovido diversas ações para facilitar o acesso das pessoas com mobilidade reduzida”.-----

--- A seguir o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia da Moçarria, efetuou a seguinte Declaração de Voto: “lembro que existe um guia prático do processo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
**Sessão de 21 de dezembro de 2015**

eleitoral do presidente da república que todas as juntas de freguesia têm que ter conhecimento e cumprir porque, as juntas de freguesia estão obrigatoriamente abertas no dia das eleições, e crê que todas, mas pelo menos no seu caso, desde as sete da manhã, abrem os portões para dar acesso às ambulâncias, se for preciso vão buscar as pessoas a casa, pelo que considera que esta recomendação, como o presidente de Almoester disse, não faz sentido nenhum, daí terem votado contra”-----

---Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a Recomendação: “Para a mudança de estacionamento dos autocarros de turismo para o Largo Infante Santo” a seguir transcrita:

---“O local de estacionamento dos autocarros de turismo, nomeadamente os que transportam pessoas com destino prioritário à Igreja do Santíssimo Milagre, tem sido vastamente debatido na cidade.-----

---As condições de estacionamento na Avenida António dos Santos são difíceis, a saída dos autocarros é difícil, o percurso das pessoas faz-se por um piso que é irregular (particularmente importante para os idosos e pessoas com dificuldade de locomoção), existe um "conflito" com as viaturas que se dirigem ao centro da cidade ou às Portas do Sol, a Rua João Afonso apresenta um aspeto degradado em muitas casas, a visão para outros pontos turísticos ou a possibilidade de compras no comércio local são diminutas.

---Estamos em crer que o Largo Infante Santo apresenta muitas vantagens para o estacionamento dos autocarros: têm maior facilidade de manobra, têm idêntico acesso às entradas e saídas da cidade, logo à saída do autocarro os turistas poderão apreciar a beleza azulejar do mercado municipal, saem para um local muito mais agradável (um jardim espaçoso e não um local acanhado e descaraterizado), o percurso a pé é em melhor piso e conflitua muito menos com a circulação automóvel, percorre uma parte mais preservada do centro histórico, passa diretamente no Largo do Seminário onde se pode admirar um dos ex-libris da cidade a Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Catedral de Santarém, poderá incluir o Museu Diocesano na visita, pode contribuir com melhores receitas para o comércio local... -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Sabemos que muitas destas rotas de turismo ou peregrinação dependem de agendas e agentes turísticos e que os tempos de visita tendem a ser comprimidos. No entanto, conforme mostra a imagem, em anexo, o percurso mais direto a pé do Largo Infante Santo até ao Milagre demora apenas nove minutos. -----

--- A Câmara Municipal tem um papel decisório e é esse papel que esta moção invoca.--

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e um de dezembro de dois mil e quinze recomenda ao executivo municipal que estude a alteração do estacionamento dos autocarros turísticos e se procedam às obras necessárias para o efeito — que se presumem fáceis e de baixo custo”. -----

--- O senhor **Vítor Franco** defendeu que a mudança do estacionamento dos autocarros de turismo traz inúmeras vantagens para os turistas que visitam a cidade de Santarém. Considerou que o local onde agora estacionam os autocarros, em particular, aqueles que vão para a igreja do Santíssimo Milagre não satisfaz pelo que propõe que se estude a possibilidade da transferência desse estacionamento para o Largo Infante Santo que traria muito melhores condições para os turistas-----

--- Seguidamente o senhor **Ramiro Matos** sugeriu que quer relativamente a esta recomendação quer à próxima, se ouça a Câmara, nomeadamente o senhor Vereador responsável por esta área. Realçou que não sendo técnico destas áreas, se estivesse na oposição, o que poderia recomendar era uma questão genérica de alteração de localização com indicação provável. Realçou que estas questões não são novas, nem uma nem outra e recordou que a questão dos autocarros até já foi debatida nesta Assembleia Municipal, acha que já como moção, dessa vez pelo Mais Santarém e portanto, questiona-se se o Bloco de Esquerda está a jogar para o número, para a estatística, mas acha que este é um assunto requentado. Disse lembrar-se, na altura, de ter sido referido pela Câmara que estava efetivamente a ser estudada a deslocalização dos autocarros para junto da Escola Prática de Cavalaria e portanto, o Partido Social Democrata não votará, pelo menos favoravelmente, nenhuma destas recomendações sem que a Câmara possa explicar se o processo está em curso, porque considera que recomendar coisas já em curso, é uma recomendação sem objeto, para além de redundante. Portanto, reforçou, que gostaria que a Câmara possa dizer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

de sua justiça sobre se estas questões estão a ser equacionadas, ou não, porque acha que não se deve estar na Assembleia Municipal para louros ou para taças de quem são os que mais propostas apresentam mas sim para tentar resolver problemas dos cidadãos. -----

---Depois o senhor **Luís Batista** referiu que o Partido Socialista está consciente de que este assunto já foi discutido mais que uma vez pelo executivo. No entanto, se a Câmara está realmente a estudar o assunto e tendo em conta que a última Assembleia foi em setembro e que até à data a Câmara não foi apresentou nenhuma proposta, considerou que se deve votar esta recomendação pelo menos para lembrar a Câmara para que se resolva este assunto. ---

---Seguidamente o senhor **Vereador Luís Farinha** esclareceu que efetivamente este assunto já foi debatido na Assembleia e que a Câmara tem vindo a trabalhar nesta matéria. Disse concordar com o que disse o deputado do Bloco de Esquerda. Disse que o Largo Infante Santo apesar de ter melhores condições de acolhimento não tem condições para os autocarros estacionarem, realçando que frequentemente estão estacionados mais do que dois/três autocarros junto ao W Shopping. Adiantou que uma das soluções que está a ser estudada passa pela alteração do estacionamento em espinha para longitudinal junto ao Jardim da República o que irá reduzir significativamente o número de lugares de estacionamento, situação que tem de ser articulada com a Abispark dado que o estacionamento naquele local está concessionado àquela empresa. Realçou que esta solução permitia resolver também um problema de acesso à Escola Prática de Cavalaria. -----

---Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a recomendação acima transcrita, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e dois votos contra, dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

---Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a Recomendação: “Para a melhoria da circulação rodoviária junto à Estação de Caminhos de Ferro” a seguir transcrita: -----

---“Os constrangimentos de tráfego junto à estação de caminhos de ferro já foram dirimidos na Assembleia Municipal e invocados diversos argumentos para a situação a que se chegou.

---

---Esta recomendação não pretende fazer uma avaliação do passado, apenas reforçar e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

formalizar uma perspectiva de melhoria.-----

--- A recomendação tem em conta que existem notícias sobre obras a desenvolver pela REFER, que por certo terão o acompanhamento e conhecimento da Câmara Municipal, mas também que o restabelecimento do tráfego na EN cento e catorze ainda vai demorar muitos meses.-----

--- Será consensual que um dos principais problemas reside no bloqueio de tráfego que ocorre aquando da tomada e largada de passageiros, porque o espaço é exíguo, porque tem muito tráfego, porque muitas pessoas pretendem estacionar sempre o mais possível em frente à estação...-----

--- A possibilidade de melhoria - que propomos se estude - consiste precisamente em tentar diminuir este problema. Como? Transformando o atual estacionamento permanente na estrada nacional trezentos e sessenta e cinco junto ao estacionamento pago, do outro lado do armazém de adubos, num espaço unicamente para tomada e largada de passageiros.--

--- Dito de outro modo, a EN trezentos e sessenta e cinco entre a estação e a passagem de nível passaria a ter dois sentidos sul --> norte mantendo-se apenas um no sentido norte ---> sul.-----

--- A imagem em anexo é apenas ilustrativa. Mas a verificação no local permite-nos concluir, salvo adequado estudo técnico que o contrarie, que com obras mínimas (alteração de passeio, pintura de pavimento, nova sinalização e talvez hipótese de deslocação do candeeiro que está mais próximo da passagem de nível) se poderia encontrar uma possibilidade de diminuir os conflitos de tráfego e melhorar a circulação rodoviária.-----

--- Por certo, será necessário um diálogo profícuo com a REFER por parte da Câmara e dos seus serviços técnicos. Mas desse diálogo até poderão resultar soluções e medidas melhores que a aqui colocada empiricamente.-----

--- Dado que a maior pressão e filas na rua Comandante José Carvalho se registam de manhã a descer e quando as pessoas vão apanhar o comboio poderá merecer estudo a inversão do sentido de trânsito na Calçada de Santa Clara, passando a ser descendente, com limite de velocidade e até com semáforo provisório no cruzamento na Ribeira ou outras medidas de segurança.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e um de dezembro de dois mil e quinze, recomenda ao executivo camarário a análise e estudo destas possibilidades”. -----

---O senhor **Vítor Franco** fez a apresentação da recomendação em apreço, referindo que a mesma tem como objetivo ajudar a encontrar uma solução para o problema da estrada da estação.-----

---Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** disse que o Partido Socialista entende que devia haver, ainda que provisoriamente, uma solução que permitisse minimizar os problemas na zona, mas considera que o Bloco de Esquerda peca por querer fazer de técnico nestas suas recomendações. Referiu que o Partido Socialista acha que deve ser a Câmara, em conjunto com os técnicos, a encontrar essas soluções, defendendo que não deixa de ser positivo juntar ideias para essa análise. Considerou que para o Partido Socialista uma recomendação apenas com o título para a melhoria da circulação rodoviária junto à estação dos caminhos-de-ferro seria suficiente porque acham que o importante é que se avalie a situação e se veja em que medida é que se consegue, enquanto a cento e catorze não é aberta, arranjar uma solução que permita minimizar os impactos negativos naquela zona. -----

---Depois o senhor **Ramiro Matos** salientou não conceber que assuntos que deveriam ser talvez levantados no período antes da ordem do dia se passem para recomendações. Recordou que esta questão está mais do que identificada e debatida no Executivo Municipal, pelo menos há seis meses ou um ano. O Partido Social Democrata, nesta questão, quer ouvir o senhor Presidente ou o senhor Vereador mas quase que nem precisaria porque crê que todos os membros da Assembleia sabem das dificuldades que existem no terreno, todos têm conhecimento que a cento e catorze se encontra fechada o que leva a uma sobrecarga para a qual o local em causa não estava, nem nunca vai estar, preparado para o trânsito que atualmente tem. -----

---Destacou que existem dificuldades de configuração dos edifícios e existe uma questão que é inultrapassável, pelo menos pelo Município, que se prende com uma passagem de nível que gera congestionamento de trânsito. -----

---Depois o senhor **Armando Rosa** referiu em relação a este assunto que é importante

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 15/2013-2017

Sessão de 21 de dezembro de 2015

ouvir a Câmara sobre o que pensa e sem isso não adianta muito estar a fazer recomendações. Sugeriu que o último parágrafo da recomendação passe a ter a seguinte redação: “Assim, *...recomenda ao executivo camarário a análise e estudo destas ou de outras possibilidades de modo a eliminar os problemas existentes.* Pensa que este texto daria uma margem de manobra à Câmara.-----

--- Quanto ao que foi dito pelo senhor deputado Ramiro Matos pensa que aquilo que a Câmara e que os técnicos da Câmara estão a fazer é uma coisa aquilo que a Assembleia Municipal pode recomendar é outra. A Assembleia Municipal serve mesmo para isso e tem as suas próprias competências. -----

--- De seguida o senhor **Vereador Luís Farinha** salientou a Câmara comunga das preocupações do Bloco e, por isso, há muito que anda a tentar encontrar uma solução que não é fácil. Referiu que a Estrada da Estação está limitada pelos edifícios quer de um lado quer de outro e, portanto, a estrada não pode crescer. Salientou que a Câmara já avaliou várias hipóteses, naturalmente que o que se gostaria de encontrar era uma medida que pudesse minimizar os problemas que estão associados ao aumento do fluxo de tráfego motivado pelo corte da estrada nacional cento e catorze e nesse sentido tem-se tentado encontrar uma solução que permita acomodar o estacionamento de cargas e descargas, porque é esse o principal problema associado também ao acesso na transposição da passagem de nível, em algumas horas o conflito inicia-se neste acesso em outras horas inicia-se em frente à estação. -----

--- Afirmou que uma das possibilidades que está em cima da mesa pressupõe a execução de obras, ou seja, converter o espaço de estacionamento longitudinal em espaço de cargas e descargas de passageiros, sendo que mesmo esta solução não resolve o problema do estacionamento abusivo que é feito no outro sentido em frente aos armazéns que lá estão. Sublinhou que, em parte, o problema também se resolveria com mais disciplina por parte dos utilizadores pelo que tem de ser encontradas soluções que envolva a própria Polícia de Segurança Pública no sentido de haver uma maior disciplina no trânsito. -----

--- Salientou que a hipótese da inversão do sentido de tráfego na Calçada de Santa Clara foi estudada, contudo a forte inclinação da estrada não permite fazer essa alteração. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 15/2013-2017**  
Sessão de 21 de dezembro de 2015

---Depois, o senhor **Vítor Franco** disse aceitar a alteração sugerida pelo senhor deputado Armando Rosa referindo que estando a Câmara Municipal de acordo com a proposta, não vê motivo para o Partido Social Democrata votar contra. -----

---Retomou a palavra o senhor **Vereador Luís Farinha** para esclarecer que não disse que o Executivo concordava com a proposta, mas sim que concordava com a preocupação do Bloco de Esquerda.-----

---Esgotadas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a recomendação em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e dois votos contra, treze votos contra e três abstenções. -----

---Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

---Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: o qual não se concretizou dada a ausência de intervenientes.-----

---Eram zero horas e vinte minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

---E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----